JUVENTUDES E AGROECOLOGIA:

A CONSTRUÇÃO DA PERMANÊNCIA NO CAMPO NA ZONA DA MATA MINEIRA

Natália Faria de Moura • Eugênio A. Ferrari

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

cta

JUVENTUDES E AGROECOLOGIA:

A CONSTRUÇÃO DA PERMANÊNCIA NO CAMPO NA ZONA DA MATA MINEIRA

Natália Faria de Moura
Eugênio A. Ferrari

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
CTA-ZM - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
Rio de Janeiro • 2016

A Articulação Nacional de Agroecologia e o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata estimulam os leitores a circularem livremente esta publicação. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial deste material, solicitamos que o documento *Juventudes e agroecologia: a construção da permanência no campo na Zona da Mata Mineira* seja citado como fonte.

Coordenação editorial: Flavia Londres
Projeto gráfico, capa e diagramação: Roberta Rangé
Copidesque: Rosalina Gouveia
Fotos: Angélica Almeida, Antônio Augusto Lopes Neto, Matheus Freitas, Natália Faria de Moura, Rodrigo Carvalho, Sara Barbosa, Wanessa Marinho
Tiragem: 1.000 exemplares

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M929j Moura, Natália Faria de, 1987-.
Juventudes e agroecologia : a construção da permanência no campo na zona da mata mineira / Natália Faria de Moura, Eugênio A. Ferrari. - Rio de Janeiro : ANA ; Viçosa: CTA-ZM, 2016.
64 p. : il. color. ; 28 cm.

Bibliografia: p. 61-62.

ISBN 978-85-87116-25-3

1. Juventude rural - Zona da Mata (MG : Mesorregião). 2. Ecologia agrícola – Zona da Mata (MG : Mesorregião). 3. Agricultura familiar – Zona da Mata (MG : Mesorregião). 4. Educação rural - Zona da Mata (MG : Mesorregião). 5. Economia agrícola – Zona da Mata (MG : Mesorregião). 6. Desenvolvimento rural - Zona da Mata (MG : Mesorregião). I. Ferrari, Eugênio A., 1960-. II. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). III. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. IV. Título.

CDD 305.23098151

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Lioara Mandoju CRB7 5331

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 05

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: A ZONA DA MATA NORTE, EM MINAS GERAIS 11

3. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA (EM REDE) NA ZONA DA MATA 15

4. DE QUE JUVENTUDE ESTAMOS FALANDO? 21

5. SOBRE PERMANECER OU SAIR DO CAMPO: DIFERENTES OPORTUNIDADES PARA RAPAZES E MOÇAS 25

- FATORES DE ATRAÇÃO DO CAMPO PARA A JUVENTUDE IDENTIFICADOS NAS ENTREVISTAS
- FATORES DE REPULSÃO DO CAMPO PARA A JUVENTUDE IDENTIFICADOS NAS ENTREVISTAS

6. DESAFIOS PARA A SUCESSÃO GERACIONAL NAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO 35

7. JUVENTUDES E AGROECOLOGIA 39

8. O INCENTIVO PELO ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS 49

9. DIFICULDADES E SIGNIFICADOS DA PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NAS ORGANIZAÇÕES 53

10. O ENFOQUE DE GÊNERO E A JUVENTUDE 55

11. QUESTÕES PARA REFLEXÃO E APROFUNDAMENTO 57

REFERÊNCIAS 61

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da agroecologia no Brasil como ciência, prática e movimento tem gerado impactos em diferentes dimensões, como no estabelecimento de sistemas produtivos conservadores dos recursos naturais, no abastecimento da população com alimentos saudáveis e de qualidade entre outras, mas especialmente uma contribuição significativa para a reprodução socioeconômica da agricultura familiar camponesa e de comunidades tradicionais.

Ainda temos no País uma população significativa formada por indivíduos ou grupos que, sob distintas formas, mantêm um vínculo com a terra, que lhes garante a vida no presente e sua reprodução socioeconômica no futuro. São famílias de agricultores, extrativistas e de comunidades tradicionais que se caracterizam por uma grande diversidade econômica, social e cultural. Há centenas de iniciativas protagonizadas por comunidades de agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e outros que revelam o potencial da combinação dos saberes populares com os conhecimentos científicos, gerando inovações sociotécnicas capazes de promover aumentos de produtividade, conservação dos recursos naturais (e produtivos) e melhoria na renda das famílias.

No entanto, há um aspecto sensível nessa reprodução da agricultura familiar camponesa que diz respeito às perspectivas de permanência da juventude no campo, seja como agricultoras/es propriamente ditos/as, seja em alguma outra atividade que contribua na construção da agricultura no futuro.

Esse "mundo rural" onde estão presentes a agricultura familiar camponesa e comunidades tradicionais não está isolado, há processos em que se integram à dinâmica da economia e da sociedade nacionais; é mesmo o resultado da forma como essa sociedade está organizada, das suas contradições e dos projetos de desenvolvimento em curso e em disputa. Nesse sentido há vários fatores que contribuem para a saída dos jovens do campo, dos rapazes e especialmente das moças. Como nos chama a atenção Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2011):

> *[...] para compreender a situação atual da juventude rural, bem como suas perspectivas futuras, é preciso levar em conta que esse segmento está inserido numa estrutura social, dominada pela concentração da terra e por uma concepção de desenvolvimento, definida pela modernização conservadora da agricultura. Nesse contexto, o campo de possibilidades de outras formas de agricultura, especialmente a agricultura familiar e de outras concepções de desenvolvimento rural, sofre profundas restrições.* (p. 4)

As iniciativas e experiências agroecológicas em curso dependem para sua continuidade da permanência e atuação da juventude no campo.

Mais uma vez citando Wanderley (2011),

> *[...] depende desses jovens a reprodução das assimetrias e dos conflitos gerados pela imposição do modelo produtivista de desenvolvimento do campo ou a construção de um outro modelo de desenvolvimento rural sustentável, que faça do mundo rural um efetivo espaço de vida.* (p. 6)

A preocupação sobre as perspectivas da juventude rural e seu engajamento efetivo na construção da agroecologia tem sido objeto de debates em diversos espaços da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e de instâncias dos próprios movimentos sociais do campo. Há uma demanda explícita de vários movimentos juvenis para uma maior participação e protagonismo nos processos em curso.

A partir daí é que se desenha a proposta de sistematização de experiências que relacionem juventude rural e agroecologia. Um estudo que pudesse alimentar esse debate com questões como: Por que os jovens ficam no meio rural? (Pergunta-se muito por que os jovens saem, mas pouco por que ficam). O que as dinâmicas de inovação agroecológica significam para os jovens envolvidos? Quais as influências da promoção da participação mais ativa das mulheres nas decisões das/os jovens sobre o seu futuro? Essas dinâmicas têm sido capazes de mobilizar o interesse e a participação da juventude? Quais são as motivações de natureza sociocultural e econômica que resultam na saída dos jovens do meio rural? Há mudanças significativas promovidas na vida das famílias que estimulem a permanência dos jovens no meio rural e facilitem a sucessão nas unidades familiares? Em que medida iniciativas coletivas que sejam geradoras de renda e orientadas pelo enfoque agroecológico protagonizadas por jovens contribuem para incentivar a permanência dos jovens no meio rural como agricultores e agricultoras? Quais as contribuições das políticas públicas para que os jovens permaneçam no meio rural e assumam protagonismo na gestão das unidades familiares de produção? Diferentes respostas a essas questões podem ser encontradas quando tratamos dos rapazes e das moças?

Assim, visando à maior publicização e incremento na participação neste debate, foi realizada a sistematização sobre uma iniciativa/experiência que articulasse juventude e agroecologia, que trouxesse elementos para reflexão sobre a contribuição da agroecologia na permanência e protagonismo da juventude no campo. A expectativa, portanto, era que essa sistematização/estudo de caso pudesse se constituir em uma provocante base para a expressão e análise crítica das percepções dos jovens sobre o futuro, alimentando o debate em outros seminários, oficinas etc. a serem promovidos no âmbito da ANA e dos próprios movimentos sociais.

Do ponto de vista metodológico, foi proposto que o objeto da sistematização (que parte das questões elencadas anteriormente) deveria ir além do levantamento e da análise das percepções subjetivas dos jovens envolvidos na sistematização, sobre seu futuro na agricultura ou fora dela ou sobre as expectativas dos jovens em relação ao campo e ao papel das entidades no suporte à construção de estratégias alternativas de permanência no campo. A sistematização deveria identificar, na realidade, as formas concretas que esse futuro já vai assumindo, com suas potencialidades e entraves, identificando e analisando práticas sociais indicadoras de opções na

busca de alternativas concretas de inserção de jovens no mundo do trabalho e da produção social. Existem experiências socialmente significativas dos jovens que nos falam, e a eles próprios, sobre o "futuro no presente".

A sistematização se iniciou com base nos diálogos realizados com o Núcleo Executivo da ANA acerca de qual iniciativa/experiência seria sistematizada. Os critérios aí estabelecidos para essa definição foram: (1) existência de organizações de jovens e participação ativa de jovens (rapazes e moças) nas experiências; (2) existência de redes locais que dinamizem processos de transição agroecológica; (3) participação de jovens em políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar (educação do campo, crédito e/ou fomento, Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural, mercados institucionais, sementes etc.) e (4) reflexão com atores locais sobre a questão da juventude na agricultura. Estabelecidos esses critérios, definiu-se que a sistematização seria realizada na Zona da Mata de Minas Gerais.

Foram feitos, então, contatos e reuniões com as organizações e pessoas envolvidas na iniciativa/experiência a ser sistematizada, quais sejam: o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e a Escola Família Agrícola Puris (EFA-Puris) de Araponga, acordando um plano de trabalho conjunto. O passo seguinte foi pesquisar e reunir documentos que abordassem a questão da juventude rural e a agroecologia, de modo a aprofundar o conhecimento sobre o tema. Entre esses documentos há um relatório de atividade do Encontro Regional da Juventude do Campo, realizada pelo CTA-ZM em outubro e novembro de 2015.

O objeto da sistematização, portanto, não foi "uma experiência de trabalho com juventude", mas as "experiências de vida" de um conjunto de jovens inseridos em uma região onde se constrói uma rede sociotécnica de promoção da agroecologia. A maior parte dessas/es jovens tem entre 16 e 32 anos, estuda ou estudou na Escola Família Agrícola – EFA Puris, alguns fazem curso superior de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Viçosa, e grande parte das famílias desses jovens participa de atividades de promoção da agroecologia na região.[1]

Posteriormente, realizamos uma reunião com educadoras/es da EFA-Puris e representante do Sindicato dos Trabalhos Rurais (STR) de Araponga, quando foram explicitados o objeto de estudo, a necessidade de parceria para realização da sistematização e o debate sobre os perfis das/os jovens a serem entrevistadas/os. Foram indicados alguns jovens com perfis variados, com quem entramos em contato depois.

A partir das leituras realizadas, foi construído um roteiro para entrevista semiestruturada para dar suporte às conversas com os jovens indicados. Os diálogos com essa juventude e, em alguns casos, com suas famílias foram feitos com visitas ao estabelecimento familiar ou à residência urbana.

Logo depois das entrevistas, realizamos na EFA-Puris um seminário sobre juventude e agroecologia com a participação de quase todas/os estudantes, aproximadamente 70 jovens. Houve um trabalho com várias metodologias participativas – Grupo de Verbalização e Grupo de Observação (GV/GO) e Dinâmica de Valores (Concordo/

[1] Predominantemente, na zona rural da região, são considerados jovens aquelas/es que ainda não são casados ou não constituíram um novo núcleo familiar, até certa idade, em torno dos trinta anos. No item 4 deste documento fazemos uma consideração mais detalhada sobre de que jovens estamos falando.

Discordo)[2] (GONÇALVES; PERPÉTUO, 2002) – com o intuito de incitar o debate sobre a contribuição da agroecologia na permanência e no protagonismo da juventude no campo; o papel das entidades e das políticas públicas no suporte à construção de estratégias alternativas de permanência no campo.

Com os diálogos nas entrevistas e nas atividades coletivas, da análise do relatório do encontro de jovens e da participação na Oficina de Diálogos do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural[3] construímos este texto.

Antes, porém, de trazermos estes conteúdos, julgamos importante uma caracterização do contexto onde estão inseridas/os as/os jovens rurais participantes da sistematização, tanto do ponto de vista da área geográfica onde se realizou o estudo, como da rede de promoção da agroecologia existente nessa região, ambas compondo um cenário de possibilidades para a juventude rural em foco.

[2] A dinâmica GV/GO tem como objetivo o debate de um tema específico. Consiste na divisão do grupo em dois, um grupo de observadores e outro de verbalizadores (aqueles que debatem o tema proposto na discussão), fazem-se duas rodas concêntricas, em que os verbalizadores ficam dentro da roda e os observadores na periferia da roda. O facilitador da discussão vai lançando perguntas ou afirmações, e os verbalizadores vão debatendo essas questões enquanto os observadores aguardam o momento da troca de posições. Trocam-se as posições, os observadores agora serão os verbalizadores e poderão debater as questões e as respostas do grupo de verbalizadores anterior. Se houver algum observador inquieto para responder ou debater a questão, o facilitador pode pedir que alguém que esteja na roda da verbalização troque de lugar com esse observador. Essa dinâmica segue até o facilitador do debate sentir que a discussão chegou ao seu limite ou até que as afirmações ou perguntas acabem. A dinâmica de Concordo/Discordo também tem como objetivo a promoção do debate e do posicionamento diante de algumas questões polêmicas. O facilitador prepara algumas afirmações ligadas a um tema específico e organiza o ambiente com uma linha que separa dois lados, simbolicamente um muro: de um lado, concordo; do outro, discordo. As frases são lidas pela/o facilitadora/or e as pessoas devem se posicionar no espaço (concordo, discordo e "tô em cima do muro"), além disso elas devem argumentar o porquê de sua posição. Na argumentação as pessoas podem mudar de lugar e estimular aqueles que estão em cima do muro a se posicionar. Depois do debate a reflexão que a/o facilitadora/or deve estimular é no sentido de observar se houve dificuldades de se posicionar e por que; se você mudou de opinião e o que o levou a isso; se houve identidade com as frases, etc.

[3] Oficina organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em Brasília – DF, entre os dias 23 e 25/02/2015. Disponível em: https://issuu.com/assessoriadejuventudemda/docs/documento_orientador_oficina, acesso em: 12/04/2016.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: A ZONA DA MATA NORTE, EM MINAS GERAIS

De acordo com a divisão político-administrativa estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Zona da Mata é uma das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais, localizada na porção sudeste do estado, próxima à divisa com o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

A mesorregião está inserida no bioma da Mata Atlântica, a quinta entre as 25 reservas de biodiversidade mais ameaçadas do planeta – os chamados *hotspots* (MYERS et al., 2000). A microrregião que designamos como Zona da Mata Norte[4] envolve três importantes Unidades de Conservação e os municípios de seu entorno, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, o Parque Nacional do Caparaó e a Reserva Particular do Patrimônio Natural Mata do Sossego em Simonésia, além de várias UCs de uso sustentável, como as Áreas de Preservação Ambiental (APAs). Essa região é de extrema relevância para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica.

A concessão de grandes áreas a famílias abastadas e a apropriação de pequenos lotes de terra, em regime de posse, por produtores familiares marcaram fortemente a estrutura agrária da Zona da Mata. Alguns historiadores apontam que, no início do século XIX, famílias oriundas de áreas de mineração teriam se estabelecido na Zona da Mata mineira, dedicando-se à produção de alimentos para o mercado interno, utilizando-se, inclusive, de mão de obra escrava para o trabalho na agricultura. A partir da segunda metade do século XIX intensifica-se o povoamento da região em decorrência do surgimento de grandes fazendas de café. Na primeira metade do século XX, novos grupos de imigrantes europeus, chegando ao Brasil pelo porto de Santos, viriam a se instalar na região (BONFIM, 2006).

É, sobretudo, a partir de 1830 que se percebe, na Zona da Mata, de forma mais intensa, uma expansão econômica e populacional baseada na cafeicultura. Em pouco tempo o café se tornaria uma atividade econômica fundamental na região, transformando-a em uma das principais regiões cafeicultoras do País (CINTRÃO, 1996). No início, a cafeicultura era baseada na mão de obra escrava e, com o fim da escravatura, o trabalho nos cafezais passa a ser realizado por camponeses, ligados à terra através de relações de parceria (CINTRÃO, 1996).

É importante destacar que a expansão do café esteve fortemente associada a um processo de retirada da cobertura florestal existente na região, através da prática de uma agricultura de corte e queimada. Em função das características da paisagem, o café era cultivado na Zona da Mata em áreas de relevo acidentado. O solo erodia rapidamente e novas áreas de plantio eram abertas, deixando para trás terras degradadas e de baixa fertilidade (CINTRÃO, 1996). Mas esse movimento de expansão da cafeicultura não du-

[4] Essa é a área geográfica onde se concentra grande parte das organizações / instituições que integram uma rede de promoção da agroecologia, que se constitui como referência para essa sistematização.

raria muito tempo, em decorrência das crises de superprodução que atingiram o mercado do café em nível nacional e internacional e da própria degradação das terras cultiváveis na região. Esses dois fatores proporcionaram um estímulo à diversificação da agricultura na Zona da Mata, com ampliação tanto da produção de leite, como da área dedicada à produção de alimentos (milho, feijão, arroz).

O fato de não ter havido uma nova cultura comercial, de peso, que substituísse o lugar ocupado pelo café na economia da região contribuiu para impulsionar a fragmentação das grandes propriedades em função da divisão das terras entre herdeiros e da venda pelos proprietários de suas frações de terras (CINTRÃO, 1996). O declínio das grandes fazendas de café abriu espaço para o fortalecimento de uma agricultura de base familiar, tornando-se rara a presença, na região, de estabelecimentos agrícolas acima de 500 ha.

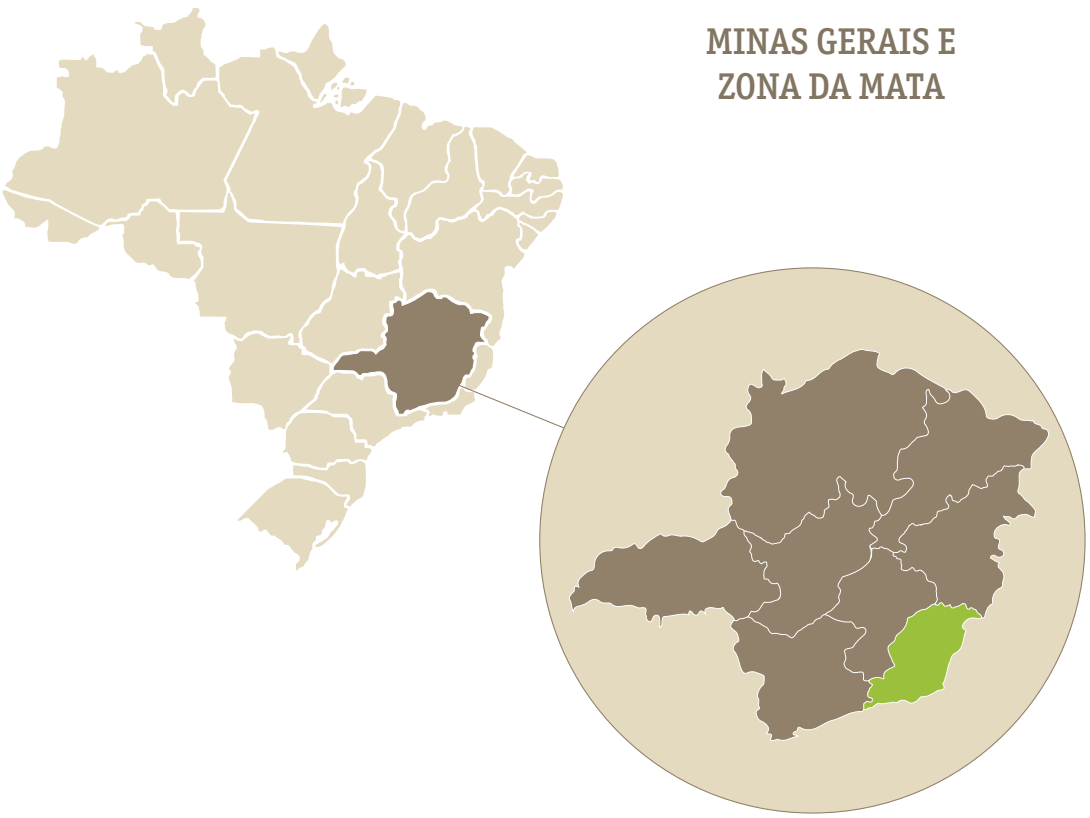
Dessa forma, a origem do campesinato na Zona da Mata está associada aos migrantes que vieram das regiões de mineração ou de outras regiões do estado, ou mesmo de outros países, para trabalharem nas lavouras de café, que com o tempo foram tendo acesso ao seu pedaço de terra (aqui se inclui a população negra antes escravizada tanto nas áreas de mineração como na agricultura). Está associada aos sitiantes que vieram ocupar espaços entre as fazendas de café, dedicando-se a culturas alimentares e a criação de animais, mas também trabalhando nas fazendas de café e gado. Está também associada ao próprio desmembramento progressivo das antigas fazendas de café, que foram sendo divididas em propriedades cada vez menores em função da perda do dinamismo econômico e da fragmentação pela herança. Finalmente, está associada aos descendentes das populações originárias dos índios puris e cataguases (FERRARI, 2010).

O processo de modernização da agricultura ocorrido no Brasil, sobretudo a partir da década de 1960, teve como um de seus desdobramentos a implantação pelo Governo Federal de programas voltados à recuperação do setor cafeeiro, envolvendo a disseminação de novas variedades de café e a utilização do pacote tecnológico internacionalizado pela Revolução Verde. Foi implementado, além disso, pelo governo estadual, de 1976 em diante, o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata (Prodemata). Segundo Cintrão (1996), essa região foi escolhida como área de atuação do programa por ser considerada "de pequenos produtores e vista como uma região em relativa estagnação produtiva". Nos diferentes programas o crédito e a assistência técnica governamental foram utilizados como instrumentos de fomento à modernização tecnológica.

Os programas de modernização da agricultura implementados na Zona da Mata mineira pautavam-se pelo tipo de agricultura existente na região, marcada pela presença dos pequenos produtores, pela produção de café e por um relevo acidentado que não permitia a adoção de máquinas de maior porte e a expansão, em larga escala, das monoculturas de grãos. Para além das diferenças entre a região pesquisada e outras regiões de Minas Gerais, o que se percebe na Zona da Mata é um processo de adoção seletiva das chamadas "tecnologias modernas", com destaque para a adubação química, componente cuja presença pode estar associada tanto à forte degradação do solo gerada pela cafeicultura, como às características de solos pobres, em termos da fertilidade natural e do relevo.

A adoção do pacote tecnológico da revolução verde na região, mesmo que de forma parcial, contribuiu sobremaneira na especialização produtiva das propriedades, com uma consequente perda de autonomia das famílias agricultoras, na degradação dos solos e contaminação das águas, na crescente perda da agrobiodiversidade e da soberania e segurança alimentar com o uso abusivo de agrotóxicos que, ademais, tem acarretado muitos problemas de saúde nas comunidades rurais, tanto relativos a casos de intoxicação aguda, como de problemas crônicos causados pela exposição continuada aos agrotóxicos.

Nesse esforço por contextualizar a experiência analisada na sistematização, merece destaque, também, o fato de as atividades de mineração, que se intensificam a partir dos anos 2000, terem impactado, de diferentes maneiras, os modos de vida das populações rurais. A princípio, é importante apontar que a exploração de minério é uma atividade empresarial, com características próprias, de natureza fundamentalmente extrativista e com alto impacto sobre o meio ambiente. Seus efeitos negativos sobre os modos de vida das populações rurais têm sido denunciados por diferentes atores sociais.



Fonte: Adaptado do site http://www.geominas.mg.gov.br/- 2002 (microrregiões de planejamento de 1996)

OSAKA

3. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA (EM REDE) NA ZONA DA MATA

A trajetória histórica de construção da agroecologia e de constituição de uma rede territorial de promoção da agroecologia na Zona da Mata, a partir do final dos anos 1980, está associada a um movimento geral de crítica aos impactos econômicos, sociais e ambientais do processo de modernização da agricultura sobre as populações rurais. É nesse contexto que se desenvolve o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Movimento da Boa Nova (Mobon), influenciados pela teologia da libertação, junto com os pequenos agricultores da Zona da Mata. Essas ações tinham como foco a organização dos então denominados "pequenos agricultores" e a resistência ao modelo de desenvolvimento imposto pelo processo de modernização da agricultura. O trabalho de base desenvolvido fomentou, ao longo de toda a década de 1980, a criação e/ou conquista por lideranças ligadas à CPT e às CEBs, em diferentes municípios da Zona da Mata, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), em um contexto político marcado pelo fim do regime militar e pela redemocratização política do país (SCHMITT, 2016).

Em 1987, foi fundado o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira – CTA-ZM. Entre os atores envolvidos na criação dessa organização destacam-se líderes sindicais, pequenos agricultores e profissionais das ciências agrárias engajados no movimento por uma agricultura alternativa e que atuavam na Zona da Mata. A trajetória de estruturação do CTA-ZM, em seu trabalho de resgate de tecnologias e experiências alternativas, guarda também forte vinculação com o Projeto Tecnologias Alternativas, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (PTA-Fase), que irá se engajar, a partir de 1983, em um esforço de criação de Centros de Tecnologias Alternativas em diferentes regiões do País.

As relações construídas ao longo do tempo entre o CTA-ZM e os sindicatos de trabalhadores rurais foram e continuam sendo fundamentais para a estruturação da rede de agroecologia na região. A organização buscou influenciar os sindicatos de trabalhadores rurais da região em relação às tecnologias alternativas, destacando a importância da articulação das lutas por direitos e por melhorias econômicas com o trabalho de promoção de alternativas técnico-produtivas. É possível dizer, nesse sentido, que a assessoria do CTA-ZM contribuiu para ampliar a agenda dessas organizações (SCHMITT, 2016).

Na origem da rede de agroecologia da Zona da Mata estão presentes, também, mesmo que de maneira informal, desde os primeiros tempos, as relações com a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Destacam-se, portanto, tanto no processo de criação do CTA-ZM como na conformação da rede de agroecologia da Zona da Mata, as relações estabelecidas entre o CTA-ZM, os Sindicatos

de Trabalhadores Rurais, as Comunidades Eclesiais de Base, a Comissão Pastoral da Terra e, de maneira informal, pesquisadores e estudantes ligados à Universidade Federal de Viçosa. O tecido relacional que deu origem à constituição dessa rede integrava, também, em âmbito estadual a Rede-MG, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e em âmbito nacional a Rede de Intercâmbio em Tecnologias Alternativas (Rede PTA), com destaque ao apoio dado pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). As relações com a cooperação internacional foram, também, fundamentais para que a rede pudesse se estruturar.

A abrangência geográfica e temática da rede foi sendo influenciada por diferentes fatores ao longo do tempo. Um vetor importante de ampliação da rede tem sido a organização das mulheres que, por meio de diferentes ações e projetos, tem oportunizado o fortalecimento de ações voltadas à agroecologia em um universo bastante amplo de municípios e comunidades rurais. Ao que tudo indica o processo de organização das mulheres (técnicas e agricultoras), sob uma perspectiva feminista, tem permitido, também, que a proposta agroecológica estabeleça novas conexões em nível das unidades produtivas, penetrando o mundo dos quintais, das relações domésticas, da produção para o autoconsumo e criando novos padrões de circulação das mulheres em diferentes arenas e espaços públicos (SCHMITT, 2016).

Nos anos 2000, sobretudo a partir de 2003, intensificam-se as interfaces estabelecidas pelas diferentes organizações da rede de agroecologia da Zona da Mata com as políticas públicas. O envolvimento com diferentes políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), dos projetos de extensão financiados através dos editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Pronaf Agroecologia, destaca-se como oportunidade de ampliação e consolidação da rede.

As ações relacionadas à comercialização também se fortalecem com o envolvimento das cooperativas no fornecimento de produtos oriundos da agricultura familiar para o mercado institucional, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). É no mesmo período que se verifica a estruturação das cooperativas de crédito da agricultura familiar na Zona da Mata, atualmente vinculadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito Rural Solidário (sistema Cresol).

Ampliam-se, ainda nos anos 2000, as ações no campo da pesquisa, da extensão rural (assistência técnica prestada às/os agricultoras/es) e da educação do campo. Foram criadas, nesse período, na Zona da Mata, três Escolas Família Agrícola (EFAs) nos municípios de Ervália (Serra do Brigadeiro), Araponga (EFA Puris) e Acaiaca (EFA Paulo Freire) – todas em funcionamento, tendo a agroecologia como referência central em seu projeto político pedagógico.

As EFAs proveem uma formação que integra os conhecimentos e práticas cotidianas do meio rural aos conhecimentos escolares aos jovens do campo. Essas escolas populares passaram a ser gestadas pedagógica e administrativamente pelos pais dos estudantes – os camponeses –, atra-

vés de uma associação local (MARIRRODRIGA; CALVÓ, 2010). Para tanto, a associação comunitária recebe recursos da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, o bolsa-aluno (Lei Estadual nº 14.61 de 31/03/2003, Resolução SEE nº 2.956 de 15/01/2016), que mantém financeiramente as escolas, ainda que de forma precária.

Cabe aqui destacar o processo de constituição das EFAs (e especificamente da EFA-Puris), que desde seu surgimento se fundamentam no método conhecido como Pedagogia da Alternância, isto é, na articulação entre Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC), no qual o educando permanece em regime de internato, duas semanas na escola, voltando para a comunidade permanecendo por lá, com a família, também por duas semanas. No TC ou tempo socioprofissional, o educando põe em prática os conhecimentos adquiridos no TE. Tais conhecimentos são selecionados para estudo e aprofundamento com base nos problemas levantados anteriormente no TC, e são referentes ao cotidiano, à prática agrícola e sociopolítica dos camponeses (RIBEIRO, 2008).

Em 2008 foi criada a EFA-Puris no município de Araponga, localizada na comunidade rural do Novo Horizonte/São Joaquim, com formação para o ensino médio integrado ao curso de Técnico Agropecuário e com enfoque na agroecologia. Essa escola iniciou a formação dessas/es jovens com muito esforço, dedicação e doação, uma vez que não havia estrutura de sala de aulas e alojamento, além de não haver recursos suficientes para manutenção dos gastos com materiais e pagamento dos salários dos monitores. Houve, sim, muito empenho da comunidade, agricultoras/es, monitores e organizações da agricultura familiar (principalmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais) para a sua consolidação. No primeiro ano de funcionamento, a escola foi instalada na casa do casal de agricultores, Amélia Teixeira de Jesus Oliveira e Cosme Damião Oliveira, que a ofereceram até que fosse possível a compra do terreno e a construção da estrutura da escola. Anos mais tarde, a escola foi construída em um terreno doado por algumas famílias de agricultores da comunidade. A escola hoje cresceu e tem se tornado cada dia mais reconhecida e valorizada tanto pelas famílias agricultoras e jovens do município, quanto pelos movimentos e organizações sociais de outras localidades, e ainda pela UFV, a Secretaria de Estado da Educação e o Ministério da Educação (MEC).

A partir de 2005, com a criação do Programa Teia[5] (que articula vários projetos de extensão na UFV), intensificam-se as iniciativas de trabalho conjunto envolvendo a UFV, o CTA-ZM e as organizações sociais do campo na Zona da Mata. Entre essas iniciativas cabe mencionar o Observatório dos Movimentos Sociais da Zona da Mata Mineira, o Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário/CNPq), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Educação Patrimonial,

[5] O Programa Teia/UFV, em ação desde 2005, propõe-se a gerar interação entre projetos de extensão com a utilização de ações integradoras e de intensa participação popular. Com foco na necessária interligação extensão-ensino-pesquisa procura a investigação-ação e a interdisciplinaridade pelas metodologias participativas e rica dialogicidade. Assim, fortalecem-se os vínculos entre universidade e sociedade propiciadores de uma ecologia de saberes que se diferencia dos clássicos difusionismo, assistencialismo e mera prestação de serviços. Organiza-se em coletivos de criação organizativos e temáticos (agroecologia, saúde, tecnologias sociais, economia popular solidária, educação e comunicação populares, gestão e sistematização). Esses coletivos, com a interação e demandas dos projetos envolvidos, promovem ações com base em excursões pedagógicas, avaliação e planejamento comuns.

merecendo também destaque a criação, em 2013, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

A Licenciatura em Educação do Campo – Licena/UFV, implementada em 2013, tem como proposta a formação de educadores do campo em docência multidisciplinar, em ciências da natureza, associando as práticas educativas e os saberes dos sujeitos coletivos do campo. O curso é em alternância (tempo escola e tempo comunidade) e sua proposta educativa é organizada em quatro eixos que norteiam o encadeamento das disciplinas e os conteúdos trabalhados: agroecologia, trabalho como princípio educativo, alternâncias educativas e educação popular. A Licena/UFV busca o desenvolvimento de uma formação que, orientada por uma abordagem multidisciplinar, articule as práticas sociais escolares e não escolares e os saberes da experiência dos diferentes sujeitos e movimentos do campo aos saberes produzidos nas diferentes áreas do conhecimento acadêmico, de maneira a formar educadores para uma atuação profissional que, além da docência, possibilite a gestão dos processos educativos que acontecem nas escolas do campo e nos outros espaços socioeducativos (Projeto Político Pedagógico do Curso).

Nessa região tem sido desenvolvido um amplo conjunto de metodologias, por iniciativa do CTA-ZM, da UFV, entre outros, em que chama a atenção a utilização e a construção de conhecimentos e troca de saberes, incluindo o intercâmbio agricultor a agricultor, os eventos de troca de saberes, a experimentação participativa, os encontros "café com ciência" (diálogo entre a pesquisa e a vivência dos agricultores), os boletins de sistematização de experiências (Nossa Roça, Nossa Pesquisa na Roça, Nossa Cultura na Roça), as caravanas territoriais, as instalações pedagógicas, os terreirões culturais, entre outras.

Figura 1 – Encontro Regional da Juventude do Campo

4. DE QUE JUVENTUDE ESTAMOS FALANDO?

Ao focalizar a "juventude rural" nessa sistematização é necessário deixar claro desde o início de que juventude estamos falando, dado que o termo assim genérico dá margem a diferentes interpretações sobre o que consideramos "juventude" e especificamente "juventude rural".

O período compreendido como juventude é representado na sociedade com uma variedade de significados e de definições que podem ultrapassar as determinações de faixa etária, uma vez que abrangem as relações sociais que estabelecem com o mundo e o papel que ocupam nos espaços sociais que a permeiam. De forma geral, algumas considerações são apontadas para o estabelecimento desse período: mudanças físico-biológicas; o estado civil da/o jovem, isto é, se constituiu nova família; sua relação de dependência com a família e a unidade de produção familiar, ou seja, se saiu da casa paterna e adquiriu outra propriedade ou permanece, mas deu início a sua vida profissional e adquiriu autonomia financeira; o término dos estudos, o que pressupõe que terá uma vida profissional; ou ainda a própria faixa etária (WANDERLEY, 2007; BRUMER, 2007). São, portanto, muitos os fatores determinantes desse período.

Há quem situe a juventude em relação a uma faixa etária e podemos identificar pelo menos três proposições dessa faixa atualmente no Brasil: 15 a 24 anos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), 15 a 29 anos (Estatuto da Juventude – lei nº 12.852/13) e de 16 a 32 anos (Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e outros movimentos sociais do campo) (CASTRO e CARNEIRO, 2007; CASTRO, 2009). Porém, Castro (2009) adverte que essas definições de faixa etária costumam ser homogeneizadoras e por isso não devem ser naturalizadas. Considerar a juventude transitoriedade, entre a infância e a vida adulta, demonstra e reforça as relações desiguais de poder que culminam em hierarquias sociais, assim como expressado por ela:

> *Privilegiar a característica de transitoriedade nas percepções sobre juventude transfere para aqueles assim identificados a imagem de pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Isso tem implicações desde a dificuldade de conseguir o primeiro emprego, até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisões.* (p. 188)

Portanto, não adotaremos aqui o termo juventude como fase de transição, subordinada à hierarquia social (CASTRO, 2009), e sim consideraremos as juventudes no plural, isto é, com múltiplas identidades (de gênero, classe social, raça, etnia, sexualidade, origens e lugares onde vivem) na construção e transformação do presente como atores políticos e como sujeitos de direitos (NOVAES, 2007).

Em função dessa diversidade das juventudes, propomos uma reflexão sobre a contribuição da agroecologia na permanência e no protagonismo da juventude no campo, com base em uma pesquisa realizada com jovens que estão inseridos nas iniciativas de Educação do Campo (Escolas Família Agrícola – EFAs e curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa – Licena/UFV); no envolvimento com as redes de agroecologia local ou regional por meio das organizações sociais do campo; e na sua relação com as políticas públicas para a agricultura familiar na região da Zona da Mata.

Foram entrevistados sete jovens, no processo de sistematização, em contextos e perfis bem variados, como a faixa etária, o gênero, a origem, o contexto de vida familiar, a residência no campo ou na cidade e experiências diferenciadas de vida. Três deles são rapazes (jovens homens) e quatro são moças (jovens mulheres), como apresentado a seguir. A fim de manter a integridade da juventude entrevistada e seus familiares, usaremos nomes fictícios para descrevê-los.

Bárbara é uma jovem de 24 anos, filha de agricultores familiares do município de Canaã e casada com um jovem urbano. Concluiu o ensino médio integrado ao técnico em agropecuária na Escola Família Agrícola Puris (EFA-Puris) no município de Araponga. Tem dois irmãos rapazes, um mais velho e outro mais novo. Foi para Viçosa, logo que se formou, com o objetivo de procurar emprego e ter autonomia. Inicialmente, trabalhou como funcionária em comércio alimentício, lojas de vestido de noivas e de tecidos, mas hoje trabalha meio horário do seu dia como secretária do Grupo Entre Folhas, na Universidade Federal de Viçosa, com a manipulação de florais, fitoterápicos e atendimento aos usuários que querem se inscrever nos cursos e comprar materiais sobre plantas medicinais, homeopatia e outras terapias holísticas.

Amanda tem 17 anos, é estudante do 3º ano do ensino médio da EFA-Puris e mora na comunidade rural Dom Viçoso, no município de Ervália. É a filha mais velha dos três filhos dos agricultores familiares João e Janice. Desde cedo, trabalha fora para ajudar a família. Hoje trabalha como revendedora da Avon e nos fins de semana trabalha no bar do tio como balconista, além de fazer as atividades domésticas e do quintal junto com a mãe e trabalhar na colheita de café com os outros membros da família.

O jovem José tem 19 anos, é natural de Carangola e residente em Espera Feliz, na comunidade rural de Fátima. Filho de agricultores familiares tem dois irmãos rapazes, mais novos. Estudou o ensino médio integrado ao curso técnico em agropecuária, a maior parte do tempo na EFA-Puris. Seus pais vieram de Carangola há doze anos e compraram a terra em que moram hoje, que na época produzia somente café e onde se criava gado de leite. Desde que mudaram para a propriedade trabalham com os princípios da agroecologia e, assim, desenvolvem suas experiências. Seus pais sempre estiveram envolvidos no movimento sindical, e sua mãe é coordenadora do grupo de mulheres do município em que moram. José está estudando na Licena/UFV e foi, até poucos dias antes da entrevista, assessor de Juventude da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), em Espera Feliz.

Jaqueline, a jovem de Araponga, tem 24 anos e mora na comunidade de São Joaquim. Concluiu os estudos na EFA-Puris, trabalha como agricultora na propriedade dos pais e está cursando a Licena/UFV. É a mais nova dos cinco filhos dos agricultores

Figura 2 – Seminário Juventude e Agroecologia na EFA-Puris

familiares agroecológicos Francisca e Gilberto e é a única filha que ainda mora com os pais.

Nilton, 18 anos, também é filho de agricultores familiares agroecológicos, Joaquina e Raimundo, da comunidade de São Joaquim em Araponga. Sua mãe atuou, e atua até hoje de forma mais esporádica, no grupo de mulheres do município. Sua irmã mais velha estuda na Licena/UFV. Esse jovem se formou no ano passado na EFA-Puris e recentemente tornou-se estudante de engenharia civil na União de Ensino Superior de Viçosa (Univiçosa), onde tem bolsa de estudos quase integral.

Vanessa tem 32 anos, é natural de Araponga e morou grande parte da sua vida no campo, na comunidade rural de São Caetano. É filha de agricultores e tem três irmãos homens, um mais velho e dois mais jovens que ela. Formada em turismo, é estudante da Licena/UFV, com bolsa de pesquisa na instituição e atua como monitora da EFA-Puris. Reside hoje na cidade de Viçosa, pois precisou sair da roça para continuar os estudos, mas mantém um vínculo muito forte com suas raízes do campo.

Paulo, 23 anos, é agricultor familiar agroecológico. Mora na comunidade de Paciência, em Araponga, e concluiu o ensino médio na escola pública estadual do município. Seus pais também são agricultores, mas hoje, já idosos, são aposentados e realizam poucas atividades na propriedade. Paulo e seu irmão gêmeo, Estevão, são os filhos mais novos dos oito filhos do casal de agricultores, Darci e Josefina. Os irmãos e irmãs mais velhas já se casaram, tiveram filhos e muitos deles são da idade de Paulo, têm outra propriedade, mas vários moram próximo e alguns deles ainda contribuem com o trabalho da roça na propriedade dos pais. O jovem é católico e faz vários trabalhos sociais da igreja: é coordenador comunitário, faz parte do coral, participa do grupo de reflexão, além de ser membro da Pastoral da Juventude (PJ). Já saiu da roça e foi para Viçosa trabalhar como ajudante de pedreiro na empresa construtora de um de seus irmãos mais velhos. Porém, essa experiência teve um período curto, já que não se adaptou à vida na cidade e seus pais necessitaram que voltasse para ajudar nos trabalhos da propriedade.

Há, entretanto, na diversidade dessas/es jovens uma característica que os unifica: têm uma relação relativamente fortalecida com a agroecologia. A maior parte deles estudou na EFA-Puris ou orienta seus modos de vida e práticas agrícolas de acordo com os princípios agroecológicos.

5. SOBRE PERMANECER OU SAIR DO CAMPO: DIFERENTES OPORTUNIDADES PARA RAPAZES E MOÇAS

Fortemente marcadas pela rede de promoção da agroecologia na Zona da Mata e por experiências em educação do campo, associada à pedagogia da alternância, ao longo desses anos, as organizações da agricultura familiar e a juventude da Zona da Mata vêm construindo diversas possibilidades de formação das/os jovens rurais no âmbito da agroecologia e da educação popular. Muitas são as possibilidades de construção de autonomia e empoderamento dessas/es jovens na perspectiva de motivá-las/os a permanecer no campo. Porém, vários ainda são os desafios tanto para inserção desses jovens em experiências que tragam a possibilidade de emprego e renda na perspectiva de ficar na roça, quanto para autonomia das jovens mulheres na decisão de sua trajetória de vida e na busca de trabalho e geração de renda nas propriedades familiares.

Em relação a esse tema, além das entrevistas com esses sete jovens, conversamos com outras/os jovens, aproximadamente 110, em momentos distintos,[6] para compreendermos as multiplicidades de vivências, experiências, oportunidades e desafios que enfrentam na perspectiva de ficar na roça; as contribuições e oportunidades criadas pela agroecologia, pelos movimentos e organizações do campo; entre outras questões.

A discussão da permanência da juventude no campo tem forte relação com os fatores de atração da cidade (lazer, escolas, universidades, comércio e trabalho com remuneração regular) e repulsão do meio rural e das atividades agrícolas (atividade agrícola penosa, dura e difícil; baixos rendimentos, irregulares e aleatórios; trabalho sob sol quente ou em lugares ou posições desconfortáveis), que estão permeados pelo debate dos processos migratórios campo-cidade no Brasil. Segundo Anita Brumer (2007), os indivíduos migram, avaliam e pesam tais fatores e, geralmente, enfatizam os fatores de repulsão na decisão de migrar "[...] na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação" (p. 37). Porém, essa avaliação pode variar quando se trata de jovens, pois se percebe que ora focam nos fatores atrativos do novo ambiente ora nos aspectos compreendidos como negativos no espaço de origem.

As/os jovens sujeitos da pesquisa, tanto nas entrevistas quanto nas atividades coletivas, afirmam algumas condições que favorecem sua permanência no campo: a qualidade de vida, a tranquilidade, a produção própria de alimentos saudáveis, o acesso à terra, o acesso à água de qualidade, o ar puro, a proximidade com a natureza, a identidade do campo; as relações de solidariedade e de coletividade entre os membros da comunidade, os valores e relações familiares

[6] Esses momentos foram o Encontro Regional da Juventude do Campo, realizado pelo CTA-ZM, em Viçosa em outubro e novembro de 2015; e o Seminário Juventude e Agroecologia na EFA-Puris, realizado pelo CTA-ZM em parceria com essa escola, em Araponga, no dia 19 de março de 2016.

mais próximas, a liberdade (na realização, organização e tempo de trabalho; das crianças brincarem sem preocupação); a existência das organizações da agricultura familiar que defendem os interesses e direitos das/os agricultoras/es e a sua participação, a independência financeira, a autonomia nos trabalhos da propriedade, a agroecologia, além da existência das escolas do/no campo e da Licena. Isso pode ser observado na fala de duas dessas jovens: "É que dali que você tira seu próprio alimento [...] e a tranquilidade... igual eu falei... o ar puro... é ali que você cria a família..." (Bárbara).

Do campo eu gosto de tudo, falou que é roça é bom! Desde que não tenha agrotóxico, né? Eu gosto do campo porque tem o solo que dá para plantar, na roça tem água, tem o ar puro, na roça tem o convívio, de certa forma maior, com a família. Você consegue perceber a família mais junto, desde a família seres humanos, à família bichos, animais, plantas, você consegue perceber isso tudo. A biodiversidade. (Vanessa)

Paulo garante gostar de tudo, mas essencialmente da liberdade de trabalhar, de sair, fazer a própria agenda, o próprio tempo. "Não gosto de ser mandado, então aqui geralmente eu sou meu patrão e meu empregado, eu sou livre... eu trabalho muito porque eu gosto de trabalhar, mas se eu quiser uns dois dias de folga na semana eu conseguiria fazer esse controle". Enxerga o campo como fonte de fartura (muito alimento, água, horta, "pé de fruta") e a possibilidade de trabalho direto com a vida e com mais qualidade. "Plantar e ter o prazer de ver aquilo crescendo, produzindo, porque você tá trabalhando com vida, isso é muito bom, sem falar que elas [as plantas] não te fazem raiva".

Jaqueline e José, refletindo sobre os motivos que levam os jovens a ficar no campo, apontam três motivações principais para permanência: a identificação com a vida do campo; possibilidade de trabalho com geração de renda e autonomia; e a possibilidade de estudo com base na pedagogia da alternância. Essas motivações surgem e se repetem nas falas de vários dessas/es jovens.

Percebemos a identificação camponesa dessas/es jovens, claramente presente nas falas apresentadas, nas quais conseguimos notar uma representação positiva sobre o meio rural. Isso se reproduz ainda na fala de Jaqueline quando afirma que gosta da liberdade que existe na roça, porque se pode plantar o que se quer comer, não precisa comprar alimentos, pode dar uma volta perto das árvores para se tranquilizar. Essa jovem assegura ainda que uma boa parcela das famílias agricultoras oferece a possibilidade de os jovens se sustentarem por conta própria. Os que têm autonomia, com a renda do trabalho na propriedade familiar, e os que não têm trabalham em outras propriedades com trabalhos agrícolas temporários, adquirindo renda própria por meio das diárias agrícolas. "Porque os que têm autonomia na propriedade familiar podem ter seu próprio negócio, podem fazer um tanque para vender peixe, podem fazer uma horta..." Além disso, a jovem diz que sua experiência na universidade, na Licena, a incentiva permanecer no campo, pois está aprendendo muito para lidar com os trabalhos rurais.

Em um caminho semelhante, José diz que sua opção de permanecer partiu de uma necessidade e de uma escolha ao mesmo tempo. Escolha porque gosta de morar na roça, tanto por causa da tranquilidade quanto por causa da proximidade com a natureza e com o movimento sindical, que

está bem presente na sua trajetória. Portanto, enxerga a roça de forma positiva, como um lugar fértil e produtivo. Morar no campo, para José, também é uma necessidade, pois está fazendo o curso da Licena e quando se formar pretende trabalhar como educador do campo, por isso acredita que o ideal é que continue vivenciando a realidade do campo e o trabalho na roça. Esse rapaz conta ainda que sua experiência acadêmica só tem reforçado a ideia de permanecer no campo, porque veio ajudar a construir e consolidar sua visão positiva sobre esse espaço. Pensa em sair da roça temporariamente e ir para a cidade com o objetivo de estudar, mas não pensa em deixar o campo. O que pode ser percebido em sua fala:

[...] posso até ir pra cidade, mas não me vejo morando lá fixamente durante muito tempo. Seria só algo assim: minha pretensão é estudar bastante ainda, pode ser que nesse período eu acabe me afastando um pouco do campo, não totalmente, mas almejo voltar para ele. Eu tenho essa minha visão bastante enraizada, como algo passageiro... Porque eu estou em construção ainda, né? É uma proposta que eu estou vendo que vou passar por isso, em algum momento [...].

Nesse sentido, fica evidente a necessidade da saída da roça de muitos jovens para continuarem seus estudos, já que na maioria dos espaços rurais está ausente a formação no nível médio, técnico e superior, o que impele as/os jovens a seguir, mesmo

que temporariamente, o fluxo urbano (CASTRO, 2009). Portanto, o acesso à educação do e no campo é uma necessidade e uma demanda desses jovens, tendo em vista que seus princípios perpassam pela preocupação com o jeito de educar, ou seja, propõem uma educação contextualizada, vinculada à cultura e às necessidades humanas e sociais dos sujeitos que lutam para continuar exercendo seu papel social de agricultora/o, assentada/o, quilombola, extrativista, entre outros (QUEIROZ; SILVA, 2007). É uma educação que não se restringe à dimensão escolar (SILVA, 2008).

As motivações para a saída da juventude do campo podem ser de natureza sociocultural e/ou socioeconômica. Por conseguinte, a educação está na lista dos fatores socioculturais que se coloca como um dos maiores desafios encontrados pelas/os jovens para a permanência no campo. Acrescentem-se a esse desafio a negação da família ao projeto de vida da/o jovem e a falta de diálogo com ela/e, a construção de relacionamentos afetivos (casamentos), a ausência de tecnologias da comunicação e do lazer no campo e a rotina intensa de trabalho. As motivações ligadas à natureza socioeconômica são basicamente: a necessidade da autonomia na gestão do trabalho na propriedade familiar, em que o jovem faz a gestão do tempo de trabalho e do processo produtivo sem a tutela dos pais; a geração de renda monetária própria; tamanho da propriedade insuficiente para gerar trabalho e renda para todos os membros da família e a ausência de políticas públicas adaptadas à realidade da juventude.

Secundariamente, existem outras motivações para além dessas – apontadas no Encontro Regional da Juventude do Campo – que influenciam a saída dessas/es jovens: o uso intensivo de agrotóxicos; a violência contra a mulher e a invisibilização do seu trabalho; a facilidade tecnológica (maquinário agrícola), assinalada tanto como negativa, uma vez que permite a desvalorização da mão de obra humana, quanto como positiva, pois facilita o trabalho no campo; o desmatamento; o avanço da monocultura; a discriminação sofrida por ter uma identidade rural; a falta de acesso à terra e a concentração fundiária; o racismo, machismo e homofobia;[7] a nucleação das escolas rurais; a manutenção das classes multisseriadas e o despreparo dos profissionais que trabalham nessa condição; o agro-hidronegócio[8] e o domínio das multinacionais nas relações com o campo.

Em função desses motivos, muitos jovens optam por sair do campo e buscar oportunidades nas cidades. Um exemplo é a jovem Bárbara que saiu do seu lugar de origem e foi para Viçosa com o objetivo de procurar um emprego, já que na propriedade dos pais não havia possibilidade de trabalho com geração de renda, assim como expresso na fala quando perguntado o que a motivou ir para cidade:

É porque eu vim procurar um serviço, né? [...] Ter meu próprio dinheiro, na verdade, entendeu? Porque lá eu não tinha renda nenhuma. Às vezes meu pai, tipo... eu ajudava ele a trabalhar, a fazer essas atividades, a minha mãe também, mas eu não ganhava nada, entendeu? Eu não tinha meu próprio dinheiro, então eu vi que, tipo assim, eu vou ser dona do meu próprio nariz e vou encarar, né?

[7] O machismo é bastante discutido no texto, mas não o racismo e a homofobia. Ocorre que na pesquisa, tanto nas entrevistas como nas atividades coletivas, não foram levantados dados que aprofundem as opressões ligadas à homofobia e ao racismo. Essas foram citadas em uma das atividades coletivas, porém não foram aprofundadas para não perder o foco da atividade proposta e tornar inviável a metodologia e o tempo disponível para esse trabalho. De qualquer forma, ficam como temas para aprofundamento, na região e na ANA, uma vez que a homofobia é algumas vezes citada, mesmo que de maneira superficial, mas o racismo é um tema praticamente não abordado nos debates.

[8] Exploração dos recursos naturais como a água para produção de energia (construção de barragens) e da terra para produção de *commodities* agrícolas em latifúndios (agronegócio), que gera m impactos sociais, econômicos e ambientais de grande proporção.

Assim como ela, Vanessa conta que saiu da roça e foi morar em Viçosa, em busca de meios para obter uma renda. Dessa forma, trabalhou como babá, garçonete e faxineira para poder pagar um cursinho pré-vestibular e continuar estudando. De tal modo, dois são os motivos principais de sua saída do campo: seu desejo de estudar e a necessidade de ter uma renda. Conta que para as meninas na roça a questão de ter uma renda é sempre mais difícil:

Para as meninas é sempre muito difícil, para os meninos é sempre muito mais fácil, né? Geralmente eles têm uma lavoura, trabalham com fulano, pra sicrano... Geralmente são serviços mais pesados, e sempre tem um jeito de conseguir uma renda [...]. Para a gente que é mulher é muito difícil! Eu saí do campo para ter essa renda, mas eu sempre gostei da roça e eu acho que estou por aqui por enquanto. Mais pra frente eu ainda vou voltar, para essas coisas que eu acredito, com esse vínculo com a terra, com a agroecologia e tudo mais. Mas para o momento eu vou ter que ficar aqui na cidade, de certa forma é pelos estudos.

O jovem Nilton também saiu do campo para continuar seus estudos, fazer um curso superior, mas pensa em voltar para a roça quando se formar, pois acredita que morar no campo não será empecilho para desempenhar sua profissão futura (engenheiro civil) e conciliá-la com a profissão de agricultor.

Amanda, assim como seus irmãos e mãe, não tem a remuneração dos trabalhos que realiza na propriedade familiar e não tem autonomia de fazer o serviço da roça como deseja. Por isso, trabalha do jeito que o pai estabelece. Entende que a falta de estudos é um dos principais motivos que atrapalham as/os jovens a conquistar sua renda, porque elas/es param de estudar muito cedo, já que, geralmente, não conseguem conciliar trabalho e estudo. Sua mãe diz que hoje, sem estudo, não é possível uma vida melhor, porque o estudo dá mais oportunidade de emprego e possibilita conseguir um bom trabalho. Acredita que o trabalho na roça é muito penoso e que a renda, fruto das lavouras de café, na maioria das vezes, é pouca. Ela mostrou ter uma visão negativa sobre o campo, especialmente para as mulheres. Incentiva a filha a sair da roça, pois a vida no campo é muito dura e não se tem dinheiro.

Percebemos aqui que essa jovem teve, através da família, um processo de construção social negativista do trabalho e da vida no campo, onde há "[...] a reprodução da hierarquia rural/urbano sob condições estigmatizantes, onde morar no campo é desvalorizado culturalmente [...]" (CASTRO, 2009:192). Consequentemente, essa jovem evidencia a valorização do trabalho e do estilo de vida urbano, que, em geral, exige mais tempo de formação escolar que os trabalhos rurais. Em sua visão, o meio urbano, graças à possibilidade de um emprego, permite ter acesso a bens materiais e lazer com maior facilidade, possibilitando uma vida mais digna que a do meio rural. Identifica-se, portanto, o juízo de que os trabalhos do campo não necessitam de formação escolar – opinião muito comum entre os moradores do campo e da cidade – e que quem tem acesso à formação escolar deve procurar um trabalho fora do campo para ter uma vida melhor.

Amanda afirma gostar de morar na roça, porém construiu uma imagem mais favorável à vida urbana, por isso, pensa em ir para a cidade estudar, fazer um curso superior e arrumar um emprego. Não sabe ao certo qual curso vai fazer, mas que tem vontade de fazer cursos como Direito, Odontologia ou a Licenciatura em Educação do Campo (Lecampo-UFMG). Quando perguntado por que o Lecampo-UFMG e não o Licena-UFV, ela diz que prefere o primeiro, pois deseja morar em Belo Horizonte.

Com relação à autonomia de trabalho na propriedade familiar e a conquista de renda própria para a juventude, Nilton garante que normalmente as famílias oferecem o trabalho na roça para as/os jovens, mas de forma diferente entre as moças e os rapazes. As moças ficam com o trabalho doméstico e os rapazes com o trabalho da roça, nos cultivos. Os rapazes, na maioria das vezes, conseguem ter autonomia financeira quando fazem trabalhos fora da propriedade, por diárias de serviço. Ele explica que quando a família possibilita o filho obter renda com o trabalho na propriedade, nem sempre ele consegue ter autonomia para dirigir e fazer o trabalho do jeito que gostaria:

Aqui sempre dão a lavoura para o filho cuidar, para ele ter sua própria renda [...] e as moças já não têm. Mas uma forma que talvez não seja autônoma é que as famílias impõem os costumes, a forma de cuidar do meio, criticam formas novas de trabalhar com aquele meio. Entende? Por exemplo, a maioria das famílias que utilizam agrotóxicos, se o filho optar por trabalhar de uma forma mais natural, critica, fala que não vai dar certo, muitas vezes, não aceita mesmo, impõe aquilo... então, muitas vezes, tem imposição para fazer o costume antigo [...].

Jaqueline confirma essa ideia: "A maioria [juventude] [...] quer uma coisa, quer plantar alguma coisa na propriedade e tem muitos pais que não aceitam novas ideias, acham que eles sabem de tudo".

Portanto, as mulheres jovens são mais desvalorizadas, já que seu trabalho não é compreendido como produtivo (BRUMER, 2007), o que podemos perceber na fala:

A moça, normalmente, sempre é vista como menor no meio rural, por apenas "ajudar" [...] ser vista mais só como auxílio [...] da casa. Por mais que na época de "panhação" de café, "panha"[9] junto, da mesma forma [...] sempre é vista mais como auxílio. (Nilton)

Muitas vezes, é mais difícil para a mulher jovem porque a família não deixa a moça decidir seu caminho, isto é, ter autonomia em construir seu projeto de vida. O que não acontece com a maioria dos rapazes que tem autonomia sobre suas escolhas. Para Nilton, isso acontece porque o olhar da família agricultora sobre a moça do campo é mais "cuidadoso", acreditam que elas são "indefesas e mais dependentes", por isso geralmente são oferecidos a elas a função doméstica e os trabalhos no entorno da casa. Nesse sentido, a família reproduz a estrutura patriarcal da sociedade capitalista, pois há a hierarquização do trabalho através da imposição de

[...] uma divisão não natural entre mulheres e homens, entre produtivo e reprodutivo, entre público e privado. Desta forma, o trabalho doméstico é visto como dever e obrigação das mulheres, sendo naturalizado, desqualificado e, por consequência, invisibilizado. Os espaços ocupados pelas mulheres aparecem secundarizados e menosprezados, em clara oposição àqueles espaços tradicionalmente dominados pelos homens. (NETO et al., 2015:43)

Para Jaqueline, as moças enfrentam mais desafios de ficar no campo do que os rapazes, pois

[...] a diferença quando é o rapaz, aí ele vai e trabalha na roça e quando é moça, eles [família] acham que tem que ficar só em casa, lavando, passando. Isso acontece por causa da tradição, pois sempre foi assim, principalmente essas pessoas mais velhas que não entra a modernidade dentro das cabeças deles, eles tá com a cabeça no passado, eles num aceita o que vem de novo.

Paulo ressalta essa ideia:

[...] geralmente os homens têm mais autonomia, mais liberdade. Porque o principal motivo que os jovens ficam na roça é o fato de ter autonomia e liberdade. Liberdade no sentido de fazer o projeto pessoal do jovem, como plantar uma lavoura e plantar o que quiser nela. Geralmente a mulher jovem na roça fica muito presa ao serviço doméstico e não tem uma renda específica para ela, o que dificulta muito, pois fica muito presa na renda da família. Geralmente também no trabalho da roça da propriedade as moças não têm liberdade de opinar.

Jaqueline conta que muitas meninas casam cedo, algumas porque querem; para outras é uma forma de sair de casa, pois não têm autonomia, não têm oportunidade de estudo e de renda. Afirma que é como se fosse uma fuga, mas que normalmente casam e ficam presas de novo, pois os maridos as tratam igual à família, porque têm "mente antiga". Essas dificuldades não são enfrentadas por ela, porque quer ficar no meio rural e de-

[9] "Panha" se refere ao ato de colher o café na lavoura.

senvolver seus projetos na propriedade, já que seus pais a possibilitam a ter autonomia necessária para tanto.

Nesse sentido, Bárbara revela que uma questão estrutural da família do campo e que ainda acontece é a oferta do casamento para as moças como possibilidade de autonomia: "Eles [a família] acham que casar é profissão, que resolve todos os problemas..." Quando perguntado a ela o que seria necessário para as moças permanecerem na roça, ela afirma: "[...] companheirismo dos pais né? Para entender elas... dialogar mais, saber o que elas querem, né? O que pode ajudar... dar mais oportunidade..."

José corrobora com as ideias dessas jovens e esclarece que aquilo acontece por questões culturais, pois antigamente como não havia muitas possibilidades de estudo, a alternativa para as mulheres jovens era o casamento; casavam-se muito cedo. Essa realidade tem mudado um pouco, porque há mais oportunidades de estudos para as/os jovens, embora ainda insuficiente. Com isso, as famílias incentivam mais as moças a estudarem e saírem do campo por acreditarem que fora da roça teriam um futuro melhor. Isso acontece também porque muitas famílias do campo demonstram uma representação negativa do trabalho que exercem e uma ideia que as moças não estão aptas a fazer tais trabalhos. Ele pensa que por isso poucas são as jovens que querem morar e trabalhar no campo atualmente.

Nesse sentido, a experiência de Bárbara, como jovem mulher, certifica todas essas falas; quando perguntado o que as famílias agricultoras oferecem de possibilidade para as moças, ela responde:

[...] nem todas as famílias oferecem, né? A minha, por exemplo, mesmo, lá não me ofereceu nada. Meu pai não falou: "minha filha, você pode ficar aqui, se você quiser plantar alguma coisa, você pode plantar..." não, ele não falou isso comigo. E não vai falar. Já com os irmãos ele fazia... Meus irmãos fizeram isso... deu lavoura pra eles... um pedaço de terra com lavoura pra cada irmão. E pra mim eles não ofereceram.

Bárbara nos conta que se tivesse oportunidade, como os irmãos tiveram, de trabalhar na roça, obter renda própria e ter uma ajuda da família ou do marido nos trabalhos mais pesados, não teria migrado para a cidade. Compreende que essas diferenças de oportunidade acontecem em função do machismo que está presente na sociedade e, especialmente, nos valores sociais do campo.

Vanessa também reflete sobre a situação das moças no campo, e explica:

O trabalho das mulheres é sempre desvalorizado e isso resulta na falta de renda para as meninas. Já para os meninos, os pais sempre disponibilizam um pedaço de terra, enquanto que para as meninas o trabalho que é destinado são os serviços domésticos e esses serviços não dão renda. Percebe-se que diante da falta de valorização e também pela cultura patriarcal que, normalmente, são sempre as meninas que têm que trabalhar em casa, lavar roupa, fazer comida, ajudar no quintal. E o homem normalmente na roça geralmente não tem muito disso, de fazer essas coisas, geralmente vai pra roça e na roça você vai trabalhando, você vai ter uma renda. Agora se você fica em casa lavando roupa, fazendo comida, varrendo terreiro, você não vai ter dinheiro com isso. E essas coisas não têm muito valor para a sociedade, entendeu? Para os homens em si, eles não enxergam isso como um valor financeiro, um valor moral, não valora isso. E isso às vezes complica,

porque isso é um trabalho, às vezes parece que não é pesado, mas é pesado sim!

Essa divisão do trabalho por sexo no campo, apontada por essa jovem, converge com a afirmação de Wanderley (2007) na análise de sua pesquisa com jovens rurais em pequenos municípios do estado de Pernambuco:

[...] a distinção entre o trabalho na roça e na casa, o que parece prevalecer é uma divisão tradicional do trabalho, segundo a qual, os rapazes estão ausentes das atividades domésticas, enquanto a maioria das moças realiza a dupla jornada de cuidar da casa e trabalhar no sítio. (p. 25)

Observamos, assim, que o patriarcado não é uma realidade local ou regional, mas uma realidade que ultrapassa fronteiras territoriais e que está consolidada no pensamento social brasileiro. Poucas são as possibilidades e vários são os desafios de as jovens permanecerem no campo, visto que há muito a ser desconstruído, desde a cultura patriarcal até a visão do campo como lugar de atraso. A saída das jovens para a cidade se dá por vários motivos. No entanto, a falta de autonomia na propriedade, a não remuneração e a continuidade dos estudos são os agravantes para a saída de muitas/os jovens para a cidade em busca de estabilidade financeira e da profissionalização que permita a busca de outros trabalhos para além do agrícola. Contudo, as moças sofrem mais com esses desafios que os rapazes, já que o trabalho que em geral fazem na propriedade familiar é invisibilizado e pouco valorado e, por vezes, é considerado um não trabalho (SHOTTZ et al., 2015). Fica evidente com a fala dessas/es jovens que a juventude camponesa tem sido forçada a sair do campo, porque diante dos desafios encontrados, seja no âmbito socioeconômico ou cultural, são obrigadas/os a perder o direito de pertencimento ao seu lugar de origem.

6. DESAFIOS PARA A SUCESSÃO GERACIONAL NAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO

Diante de todas essas reflexões, observa-se que a permanência e a saída da juventude do campo influenciam diretamente os processos de sucessão geracional dos estabelecimentos agropecuários familiares e vice-versa. A sucessão da propriedade familiar é reconhecida como "[...] a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar, a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor (a)" (STROPASOLAS, 2011:26). É de extrema importância para a família, "[...] mas também para a reprodução das unidades de produção ao longo do tempo, o tecido social e a aparência das áreas rurais, assim como a estrutura do setor agrícola" (BRUMER, 2007:42).

Na maioria dos casos apresentados, existem indícios de possibilidade de sucessão da propriedade. Porém, em alguns casos, as/os jovens não têm interesse, e em outros, não há interesse dos pais para que aquela/e filha/o, especificamente, seja a/o sucessora/o, especialmente as moças. Alguns, como ainda estão estudando e pretendem ter outra profissão, não sabem ao certo se serão as/os sucessoras/es, apesar da família já ter assinalado essa expectativa, como é o caso de Nilton e José. Os pais de José, por exemplo, já dispuseram de uma parte da propriedade, a princípio, sem contrato de parceria, para que ele possa cuidar e fazer seus experimentos, além de lhe repassar uma parte da renda gerada nessas áreas para investir nos seus projetos pessoais. Nilton, por sua vez, sente que tem o apoio e confiança da família no trabalho que executa na propriedade, pois sabem que ele consegue fazer o serviço e que tem aptidão para executá-lo.

O processo sucessório pode ser marcado por conflitos geracionais uma vez que reproduz a hierarquia e o poder da *autoridade paterna* na organização familiar. Valmir Stropasolas (2011) destaca que os principais conflitos intergeracionais se revelam no modelo de gestão da propriedade em que o pai centraliza o poder das decisões e dificulta o protagonismo dos filhos em contribuir com novas ideias, impossibilita as/os jovens de desenvolverem os projetos próprios, inviabiliza a participação das/os filhas/os nas tomadas de decisão que afetam a unidade familiar, possibilita pouca autonomia financeira e de mobilidade espacial, essencialmente para as moças, o que tolhe a liberdade dessas jovens.

No quadro dessas tensões há que se considerar especialmente as distintas perspectivas entre homens e mulheres, em detrimento das últimas, cujas motivações para permanecer na agricultura se estreitam cada vez mais diante da tendência ampla à exclusão da herança da propriedade (como também da dupla jornada de trabalho e da pouca valorização dos seus esforços produtivos) vivenciada pelas sucessivas gerações de mulheres. De fato, a organização do trabalho na agricultura

familiar, fortemente marcado por um viés de gênero, destina ao homem o espaço da produção e da gestão da propriedade. Dessa forma, as mulheres não são preparadas, nem estimuladas a se envolver ou se interessar por essas questões. (STROPASOLAS, 2011:27)

Tal situação pode ser observada na vida das jovens Amanda, Bárbara e Vanessa que não têm expectativa de serem sucessoras, pois não há interesse da família que o sejam, ou, ainda, desejam ter outra profissão. Essa situação só confirma a afirmação da pesquisadora Brumer (2007, *apud* Abramovay et al., 1998), de que há uma *masculinização* nos processos sucessórios, pois as mulheres são excluídas da herança da terra, "[...] elas somente se tornam candidatas à sucessão na inexistência de um filho varão ou na possibilidade de nenhum filho do sexo masculino mostrar interesse na atividade agrícola" (p. 44-45).

Já Jaqueline e Paulo tiveram a sorte de coincidir a expectativa dos pais em que sejam os sucessores com o desejo individual de ficarem na propriedade e dar continuidade à construção do sítio agroecológico. Paulo, depois de sua experiência de morar na cidade de Viçosa por quatro meses, conta que não se adaptou e que os pais estavam necessitando de sua ajuda na propriedade. Pensou: "Não, é muito melhor eu ir para lá [propriedade da família], não vou estar ganhando meu dinheiro, mas vou estar zelando por aquilo que já foi construído". Ao voltar para o sítio, a família ofereceu a ele a oportunidade de administrar a propriedade com autonomia e, com o tempo, graças a seu interesse e esforço, passou a gerar também renda, tanto no que se refere ao autoconsumo familiar, como uma renda monetária própria. Afirma, animado, que o fato de estar na roça da família tocando o trabalho motiva sua permanência no campo, sua disposição a aprender mais e seu entusiasmo de ver as coisas que plantou nascendo e crescendo. Jaqueline está em processo de adquirir sua lavoura por meio de um contrato de parceria, no qual o pai vai dispor de uma fração da propriedade com lavoura de café já plantada para que ela possa trabalhar com autonomia, fazendo seus experimentos e adquirindo renda.

Muitos autores observam que nem mesmo quando há jovens potenciais, com motivação e interesse no trabalho do campo para sucessão da propriedade familiar, há garantia na sucessão geracional. No Brasil, é comum a/o filha/o trabalhar sob a autoridade do pai na propriedade familiar até seu falecimento, "[...] pois não existe mecanismo legal que permita a transferência progressiva da propriedade do pai, enquanto vivo, aos filhos ou que facilite aos filhos assumir a responsabilidade progressiva da gestão da exploração familiar [...]" (BRUMER, 2007:48). Com isso, ao longo do tempo de espera para concretização da posse da terra, a/o jovem pode procurar outra atividade fora da propriedade para exercer e, portanto, pode perder o interesse na atividade agrícola, inviabilizando a sucessão geracional. Além disso, a grande concentração da posse da terra em nosso país resulta que a maioria dos chamados agricultores familiares não tem terra suficiente para dividir com todos os herdeiros.

Uma estratégia muito difundida no município de Araponga, que permite o acesso à terra como alternativa à herança familiar, ao regime de parceria (meeiros) e à condição de trabalhadores rurais, é a Conquista de Terra em Conjunto, que teve início no ano de 1989, com a família de Amélia Teixeira de Jesus Oliveira e Cosme Da-

mião Oliveira. Essa experiência vem como uma alternativa para as famílias agricultoras que não tinham perspectivas de permanecer no campo, diferente da luta pela reforma agrária (CAMPOS; FERRARI, 2008). Consistia na compra de uma área de terra de forma coletiva, com empréstimos solidários entre os compradores e que no final esses empréstimos eram pagos com produtos, como arrobas de café, milho ou cabeças de gado. A última compra realizada por esse processo, registrada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araponga, foi em 2010, porém ela ainda é colocada pelas/os agricultoras/os como alternativa de acesso à terra juntamente com a política pública do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Esse programa consiste na oferta de condições para os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra comprarem uma área ou propriedade rural por meio de financiamento com juros reduzidos.

Muitos foram os jovens que participaram do processo de Conquista de Terra em Conjunto e muitos são os jovens que ainda se beneficiam da compra que foi realizada pelos seus pais e avós. Hoje, porém, o PNCF é a alternativa mais difundida entre a juventude, não somente em Araponga, mas em muitos outros municípios da Zona da Mata.

No seminário na EFA-Puris, muitas/os jovens afirmaram que a maioria das famílias tem interesse que elas/es sejam sucessores da propriedade familiar. Porém, apontaram alguns desafios para que isso se concretize: nem sempre há terra suficiente para todos os filhos; a sucessão costuma acontecer para as/os filhas/os solteiras/os depois que os pais se aposentam e ficam idosos; a sucessão pode acontecer somente depois da morte dos pais; os pais costumam dar uma fração da propriedade ou a gestão da propriedade familiar às/aos filhas/os quando se casam; e por último nem sempre há interesse dos filhos em serem sucessores. Criticam a permissão de sucessão somente por ocasião do casamento, avaliando que isso não é positivo, pois querem ser independentes, gerar a própria renda antes mesmo de decidirem sua vida afetiva. Um pouco indignadas/os, ponderaram algumas questões: "E o filho que não quiser casar, vai tomar posse do terreno quando o pai morrer? Ou só se casar? E se não casar, fica sem terra, sem estudo e sem dinheiro?"

Desse modo, considerando a diversidade das identidades das juventudes do campo, a heterogeneidade de suas trajetórias e de seus projetos de vida podemos perceber a sucessão rural traduzida em diferentes realidades.

7. JUVENTUDES E AGROECOLOGIA

O envolvimento e a participação juvenil em dinâmicas de inovação agroecológicas, em vários espaços coletivos de decisão política e de formação, como a Oficina do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, o Encontro Regional da Juventude do Campo e o Seminário Juventude e Agroecologia, assim como as entrevistas para esta pesquisa têm mostrado que as juventudes do campo se interessam e, por isso, pautam a agroecologia como modelo de desenvolvimento rural sustentável nos territórios. Tal expectativa pode ser observada no significado da agroecologia para essas juventudes e nas motivações em realizar experimentos para implementação do processo de *transição agroecológica* ou continuar as práticas realizadas anteriormente pela família na propriedade.

O significado da agroecologia para essas/es jovens é observado nas falas a seguir quando perguntado o que é agroecologia para elas/es:

É tudo! É vida, é tudo de bom a agroecologia. Ela traz alegria, um novo olhar para as coisas. Porque você começa a perceber o quanto que o ambiente muda de um convencional para um agroecológico, começa a sentir mais, a ouvir melhor, enxergar mais, sentir a natureza. As coisas ganham cores, porque as plantas têm formatos diferentes. [...] um ambiente diversificado; que tem biodiversidade, tudo é diferente, tudo muda, tudo tem vida. Inclusive as pessoas, os seres humanos. Então, é nascer de novo, é bom, muito bom! (Vanessa)

É sistema de vida e qualidade de vida. É a produção de alimentos sem agrotóxicos, que faz bem pra saúde, e é o trabalho em parceria. Tanto na diversidade de culturas, quanto no trabalho coletivo. Não se faz agroecologia sozinho, pois é um trabalho que começa junto da família, vizinhos e depois nas organizações. (Paulo)

É ter uma visão crítica sobre o capitalismo e perceber como ele deprecia o sistema, é a interação de povos, de sistemas mais sustentáveis, com tecnologias sociais e apoio à economia solidária. É o caminho para a sustentabilidade no mundo e para alcançar a interação em harmonia entre a natureza e saúde humana. (José)

Essas/es e muitas/os outras/os jovens afirmam que o contato com a agroecologia nas suas trajetórias de vida fortaleceu e ampliou suas experiências e conhecimentos, trazendo também mudanças de paradigmas, além de transformações em suas vidas cotidianas e no diálogo com a família.

Vanessa avalia que o seu contato com a agroecologia trouxe muitas possibilidades de transformações para sua vida e também para a família:

Eu quis ter uma lavoura [de café] orgânica lá em casa, coisa que de certa forma para eles não valia a pena, que não ia dar certo... No entanto, mesmo que para eles não seja tanta renda, o café

é o melhor de todos! Então, todo mundo lá em casa só bebe do meu café! Eles sabem que é bom, que funciona. Eu fiz caldas para meu pai jogar na lavoura, comecei plantar mais biodiversidade, pelo menos próximo do terreiro.

De forma geral, a maioria das/os jovens afirmou que a agroecologia trouxe mudanças de vida benéficas para sua construção e, em alguns casos, para a construção da família como sujeitos do campo, visto que contribui para a valorização do espaço rural, provoca mudanças na forma de enxergar o campo (visão mais sistêmica e integradora), e a percepção da natureza e da vida nela contida harmoniza a consciência do uso dos recursos com o respeito à natureza, proporciona mudança no cuidado com a alimentação e na relação com a família, além de propiciar o questionamento do papel da mulher e a *autoridade paterna* (CASTRO, 2009). Assim como pode ser observado nas falas:

Eu me preocupo muito com minha tranquilidade, sabe... me preocupo com o que estou alimentando, com o espaço que estou vivendo [...] antes não, eu não tinha essa preocupação, tinha outra visão... com a agroecologia, abriu mais minha visão do mundo... (Bárbara)

Essa jovem ainda revela que a agroecologia lhe possibilitou questionar a autoridade dos pais: "[...] eu não abaixava por qualquer coisa, às vezes, eles não me apoiavam, mas eu também não abaixava [...] Antes eu abaixava, deixava muita coisa para lá, ficava calada..."

Para Jaqueline e Vanessa, a motivação com a agroecologia é persistente, pois elas têm projetos de vida que envolvem essa busca:

Eu penso no meu futuro trabalhar na roça e me sustentar da roça, e a agroecologia contribui nisso porque posso tratar a natureza e minha lavoura de café com coisas agroecológicas, que aí eu não vou prejudicar o solo, que não vai veneno para a água e vai ter a saúde da família, que é o principal. (Jaqueline)

A perspectiva de Vanessa é poder voltar para a roça e trabalhar com turismo rural agroecológico, onde ela possa exercer um pouco de tudo. "Um turismo que tenha muita mata, paisagismo, muitas flores, muitas coisas que eu gosto na verdade, onde tenha agricultura". Ela deseja que as atividades do turismo complementem a agricultura, também como uma alternativa na geração de renda.

As propostas de inovação agroecológica podem também gerar opiniões divergentes entre os membros da família, essencialmente nas que não adotaram esse modelo tecnológico e, consequentemente, resulta em conflitos geracionais. Esses conflitos envolvem em grande medida a estrutura hierárquica social, que fortalece a *autoridade paterna* sob a administração da propriedade e o controle sobre a vida da/o jovem que se torna subordinado nas relações sociais familiares, principalmente as mulheres (CASTRO, 2009).

Muitas/os dessas/es jovens estão envolvidas/os nas atividades da propriedade familiar, desenvolvem práticas agroecológicas e fazem experimentações em busca de gerar novos aprendizados que possam ser multiplicados. É o caso dos jovens Paulo, Nilton e José e das jovens Vanessa, Amanda e Jaqueline.

Nesse sentido, Paulo fala que depois do contato com a agroecologia, há cerca de oito anos, passou a usar mais matéria orgânica nas lavouras – a palha de café, cama de galinha (em maior quantidade) – e a fazer o manejo com a roçada

que também gera matéria orgânica. Diversificou as culturas e aproveitou melhor o espaço da propriedade para plantar outras coisas. Avalia que essas práticas contribuíram na geração de renda e na melhoria na qualidade de vida e de serviço também, pois numa mesma área planta várias culturas ao mesmo tempo. Cita como exemplo a lavoura de café, que antes era basicamente monocultura, e hoje está consorciada com a bananeira e o cedro. Assim, além de aumentar as culturas em um mesmo espaço, economiza e facilita o trabalho, pois quando ele vai manejar uma cultura já maneja a outra, além da banana gerar matéria orgânica para o solo e propiciar a adubação do café.

Com essas práticas, Paulo afirma que consegue gerar renda suficiente para a família e para si. Porém, pretende expandir a produção de café consorciado com outras culturas para ampliar o excedente vendido para o mercado. Hoje, os desafios que enfrenta para que isso aconteça são: espaço (terra) e tempo disponível. Não tem mais áreas livres para produção na propriedade e tem acumulado muito serviço, por isso não há tempo disponível. Outro desafio está na comercialização: hoje vende seu café para atravessadores, mas deseja fazer todo o processamento para vender o pó de café de alta qualidade, em pequena escala.

③

④

⑤

Figura 3 – Mapa da propriedade da família de Paulo
Figura 4 – Consórcio café novo com banana
Figura 5 – Casa e quintal agroecológico

Figura 6 – Consórcio café com cedro

Nilton afirma que a agroecologia está presente na sua vida desde criança, já que a família sempre trabalhou de forma agroecológica. Por essa razão, na propriedade tudo segue essa prática: a horta diversificada e em forma de *mandala*; diversificação da lavoura de café com frutas, leguminosas e milho; integração animal; uso de homeopatia; uso mais frequente de insumos internos (matéria orgânica fruto da produção animal); uso dos microrganismos eficientes (EM),[10] uso das caldas naturais para controle de "pragas". Afirma que o uso dos EM foi uma prática que possibilitou muitas mudanças, pois deixaram de comprar produtos de limpeza e passaram a usá-lo no banheiro e na fossa. Também acelera a decomposição da matéria orgânica das lavouras e da horta. Percebe que a horta em forma de *mandala*, apesar de ser mais difícil de cuidar, economiza água, é mais bonita de se ver e a partir dela passaram a observar o crescimento das plantas de acordo com as fases da lua.

[10] Para saber mais, acesse: http://estaticog1.globo.com/2014/04/16/caderno-dos-microrganismos-eficientes.pdf

Esse jovem diz que o trabalho com animais, olericultura, café e artesanato que praticam na propriedade gera renda para a família, tanto monetária, quanto renda para subsistência, visto que deixam de comprar porque produzem. A renda monetária própria é gerada com a venda do excedente da produção pela qual ele é responsável: horta e criação de cabritos. Essa renda também é fruto do seu projeto produtivo desenvolvido na EFA: a caprinocultura. Estava vendendo os animais e o leite com certa regularidade. Mas afirma que atualmente esse projeto está mais devagar porque faltam matrizes dos cabritos para evitar o cruzamento com consanguinidade. Por fim, diz estar satisfeito com a renda; está vivendo bem e fazendo as coisas de que gosta.

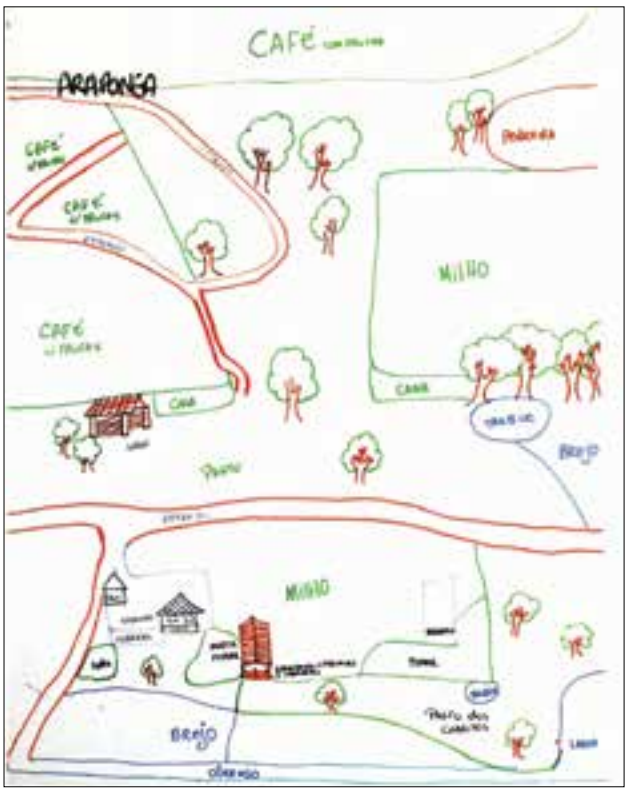


Figura 7 – Mapa da propriedade da família de Nilton

Figura 8 – Café consorciado

Figura 9 – Criação de cabras

Figura 10 – Café consorciado com árvores frutíferas

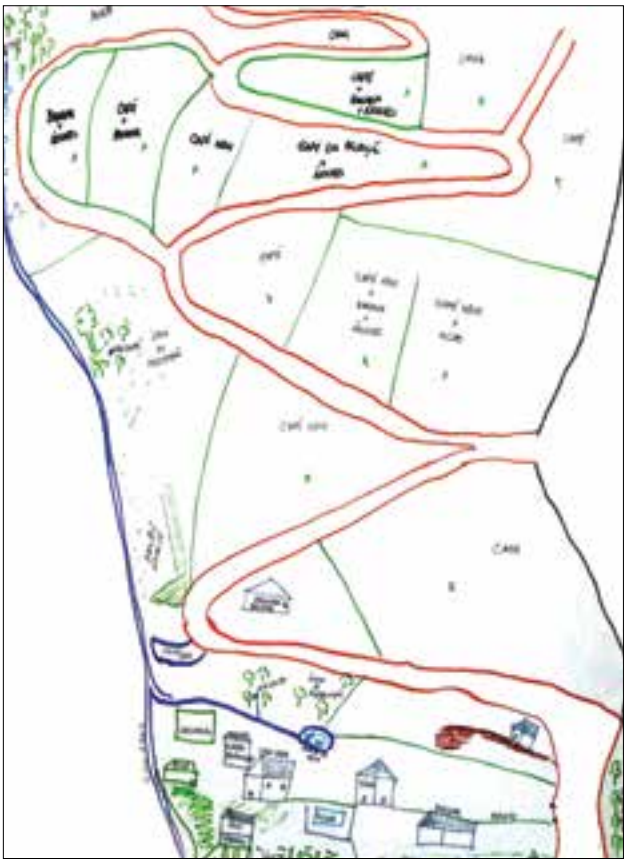


Figura 11 – Mapa da propriedade da família de José

José tem um pedaço na propriedade da família que o pai dispôs para que possa cuidar e fazer seus experimentos. Próximo à área de mata e cana-de-açúcar, nesse pedaço ele tem a formação de um Sistema Agroflorestal (SAF)[11] com espécies como café, banana e várias árvores nativas e frutíferas. Junto com o pai, fez um novo insumo que consiste na mistura dos EM com o chorume de esterco de galinha para pulverização foliar do café. Outras práticas agroecológicas realizadas na propriedade são: manejo com roçada; pulverização de insumos como o EM foliar e EM para o solo; não usar fertilizantes químicos nem agrotóxicos; plantio de água (caixa cheia e caixa

[11] Prática de manejo e uso do solo que envolve a integração de cultivos agrícolas com árvores e/ou animais numa mesma área (Souza, 2006).

Figura 12 – Sistema agroflorestal (SAF)

Figura 14 – Café novo no SAF

Figura 13 – Café consorciado com banana

Figura 15 – Casa e quintal vista do alto

seca)[12] e estercos orgânicos (de gado e galinha). Pensam futuramente implantar construções permaculturais e desenvolver melhor os SAFs. José diz que tem percebido muitas mudanças a partir do momento em que começaram a desenvolver essas práticas, principalmente na área do café com a banana, pois aí está se desenvolvendo melhor em função da bananeira reter mais água no solo.

[12] São práticas de planejamento e manejo hídrico da propriedade rural, com intuito de preservar e recuperar as nascentes e outros cursos hídricos, armazenar água da chuva e ampliar a infiltração dessa água no solo para abastecimento do lençol freático. Para melhor compreensão, acesse: http://plantadoresdeagua.com.br/wp-content/uploads/2014/02/Capacita%C3%A7%C3%A3o-de-Multiplicadores-para-o-Plantio-de-%C3%81gua.pdf

Essas atividades na propriedade lhe geram renda, já que o pai o remunera pelo trabalho que faz. A renda é também revertida em benefício da família, já que o café produz mais e rende maior lucro no fim da safra. Porém, José conta que não está satisfeito e pretende gerar mais renda. Nem ele nem o pai, contador, tinham tempo integral para dedicar à propriedade. Mas agora, mais em trabalhos externos, ele pretende se dedicar às lavouras, já que a propriedade agroecológica necessita de manejo constante para gerar maior rentabilidade.

Figura 16 – Mapa da propriedade da família de Jaqueline

Figura 17 – Casa, terreiro e quintal

Figura 18 – Lavoura de café

Jaqueline trabalha junto com os irmãos nas lavouras de café da família, fazendo as atividades de colheita, processamento (secagem) e embalagem (ensacar). Também trabalha na lavoura de milho, nas funções de plantio e debulha. Cuida dos animais – porcos, galinhas, vacas e cachorros – e da horta que alimenta a família. Nas tarefas domésticas faz um pouco de tudo, arruma a casa, e quando a mãe não está em casa a ajuda a lavar as roupas e a fazer o almoço e o jantar. A propriedade é agroecológica, principalmente porque fazem o manejo com a roçada e a adubação orgânica (cama de galinha e esterco de vaca); não fazem o uso dos agrotóxicos e os animais se alimentam do que é produzido internamente na propriedade. Jaqueline e sua mãe declaram que a unidade de produção familiar e a vida da família mudaram muito depois que incorporaram as práticas agroecológicas no manejo; a terra adquirida era degradada e com o passar do tempo foi ficando mais diversificada, o que também contribui para o controle de pragas, equilibrando o sistema com a fertilidade natural do solo, além da consciência do uso dos recursos com o respeito à natureza. A mãe diz que a família agradece os trabalhos do CTA-ZM, que os orientaram a produzir de forma sustentável.

Essa jovem relata ainda que sua renda é fruto do trabalho na sua atividade com o café agroecológico. Hoje essa renda é pequena, por isso ainda não é suficiente para ter autonomia financeira.

No futuro, gostaria de ter mais renda "[...] para fazer algumas coisas que do contrário tem que pedir dinheiro para pai e mãe e se eu tiver renda dá para eu fazer minhas coisas sem pedir dinheiro a eles". O desafio apontado para adquirir essa renda é a falta de vontade dela mesma, assim como diz "[...] tem dia que eu acordo com uma animação danada, mas tem dia..."

Figura 19 – Café consorciado

A família de Amanda não pratica a agroecologia e, portanto, faz poucas experiências na propriedade. Nas lavouras de café, o pai não dá autonomia para que isso aconteça, apesar da vontade da jovem de cuidar e gerar renda própria com esse serviço. Conta que trabalham em uma lavoura (8 hectares) com contrato de parceria com o avô (à meia) e também em uma propriedade menor (1,5 hectares), que é própria. A lavoura de café do avô é consorciada com outras culturas: milho, feijão, cana-de-açúcar, mandioca e batata-doce. E a lavoura do pai é consorciada com milho. Todos eles fazem uso de agrotóxicos como Baysiston, Impacto e Roundup, além da adubação química. O pai e o avô não aceitam

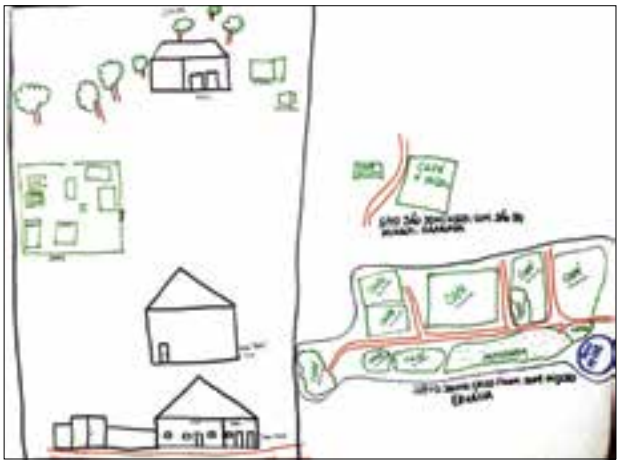


Figura 20 – Mapa das propriedades trabalhadas pela família de Amanda

Figura 21 – Horta diversificada

Figura 22 – Criação de galinhas

a opinião dela no manejo e nem concordam em fazer o uso de alternativas a esses agrotóxicos. Já sua mãe permite que ela faça as experiências agroecológicas na horta, onde realizam práticas como cobertura morta com palha de feijão, adubação orgânica e diversificação da produção. Na criação dos animais (galinhas e porcos), fazem o uso de alimentação natural, com produtos da propriedade. Por não serem novas essas práticas, Amanda e a mãe não percebem mudanças nos cuidados com a horta e os animais, pois realizavam essas práticas antes do contato da filha com a agroecologia nas EFAs.

Figura 24 – Aula prática de agroecologia na EFA-Puris

Figura 23 – Horta agroecológica da EFA-Puris

Figura 25 – Canteiro de beterraba diversificado

Vanessa faz algumas práticas agroecológicas na propriedade de sua família, como a diversificação de culturas, as caldas alternativas, usos de medicamentos naturais para o cuidado com a saúde. Para a jovem, a agroecologia não está apenas nas práticas de plantar, colher, lidar com o solo, ela também está presente nas relações com o outro. Assim como apresentado nessa fala: "Ela [a agroecologia] também está nessa relação com o outro, nesse cuidado um com o outro. Isso entre amigos e a família. Enfim, até mesmo na busca de mudanças, sempre tentando mostrar outra lógica de pensamento". Na EFA--Puris, onde é monitora há mais de cinco anos, faz práticas agroecológicas junto com os estudantes e outros monitores: o manejo da trilha interpretativa da mata realizada nas aulas de turismo rural, construção de hortas *mandalas* de medicinais e de hortaliças, criação de pontos de coleta de lixo com separação de materiais de ori-

Figura 26 – Mandala de hortaliças

Figura 27 – Mandala de plantas medicinais

Figura 28 – Piscicultura

gens diferentes para reciclagem, compostagens (chorume e *bokashi* para adubação do solo) e a criação de um biodecompositor que separa o lixo e o chorume dos restos de alimentos.

Portanto, essa jovem adquire a renda monetária própria pelo seu trabalho como monitora na EFA e pelo seu experimento de café agroecológico em uma pequena área na propriedade de sua família. Além disso, também gera renda para subsistência por meio dos trabalhos executados na propriedade dos pais.

8. O INCENTIVO PELO ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

Mesmo com todas essas experiências positivas mencionadas, muitos jovens enfatizaram que enfrentam, assim como as/os agricultoras/es, muitas dificuldades na comercialização dos produtos agroecológicos. Afirmam que o preço do produto é baixo e muitos consumidores não valorizam a produção de alimentos limpos. Nesse sentido, reconhecem o grande avanço que está acontecendo no campo graças às políticas públicas de comercialização, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que têm contribuído para a venda dos produtos da agricultura familiar e, consequentemente, aumentado a renda das famílias. Porém, tanto nas entrevistas, quanto nos espaços de escuta coletivos, afirmam que faltam políticas públicas que facilitem a comercialização dos produtos especificamente agroecológicos. Assim como expresso na fala de um jovem estudante da EFA-Puris:

Tudo pode ser produzido na roça (às vezes, sem gastos), o problema se dá na hora de vender. O café [a principal cultura agrícola de Araponga] não tem dificuldade de comercializar, pois os atravessadores propiciam a venda. Muito embora, percebemos que os atravessadores representam um problema para a comercialização no campo.

A grande maioria desses jovens afirma nunca ter acessado diretamente nenhuma política pública de apoio à agricultura familiar, mas que a família já foi beneficiada por algumas delas, como as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), o Pnae e o PAA. Avalia que o acesso da família a essas políticas foi importante, pois contribui para valorização dos moradores do campo como sujeitos de direitos e dá oportunidade para comercializarem seus produtos a um preço justo. Porém, é unânime que o acesso a algumas delas (PNHR e PNCF) é burocratizado e demorado.

Além disso, esses jovens garantem que faltam políticas públicas específicas para elas/es, pois as que existem são poucas e não estão adaptadas à realidade delas/es. Apontam que existe uma dificuldade muito grande de acesso à informação sobre as políticas existentes para a juventude, além da burocratização de acesso e de documentos necessários para concretização do acesso, como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Alguns afirmam ainda que não existem em seus municípios profissionais capacitados nas organizações que facilitem o acesso à DAP e às políticas públicas, já que, muitas vezes, esses profissionais não sabem facilitar o acesso ao PNCF, além de desconhecerem a existência do

Pronaf Jovem, do programa Nossa Primeira Terra (NPT) e da possibilidade de tirar DAP Jovem. Para além de tudo isso, alguns deles observam criticamente que algumas organizações que assessoram as famílias agricultoras não conseguem cumprir suas demandas por excesso de burocracia. Um exemplo citado é o Ater Agroecologia, política pública de assistência técnica à agricultura familiar agroecológica, executada na região pelo CTA-ZM.[13] Por conseguinte, todas essas dificuldades foram apontadas como motivadoras para as/os jovens investirem em trabalhos fora da propriedade e também a saírem do campo em busca de oportunidades de renda.

Asseguraram que não conhecem ninguém que tenha acessado políticas públicas voltadas para a juventude e gostariam que houvesse, para além da desburocratização, a criação de outras políticas para beneficiá-los com outros enfoques: comercialização, assistência técnica, trabalho e renda e habitação. Portanto, assim como destacado por Castro (2009), o excesso de burocratização e de "[...] exigências para que as/os jovens possam acessar as políticas públicas que são público-alvo [...]" (p. 202) reproduz a falta de credibilidade e a deslegitimação que existe em relação a elas/es, por serem percebidos pelos adultos como jovens em processo de formação e que ainda não têm responsabilidades.

Por outro lado, as/os jovens não mencionaram em seus depoimentos políticas públicas que são direcionadas à juventude e que, pelo menos no caso dessas/es jovens, tenham provocado impactos significativos em suas vidas, exatamente aquelas que apoiam a educação do campo.[14]

Mesmo não sendo uma política de educação do campo, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais Pronat, criado pelo Governo Federal em 2003, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, possibilitou a construção das instalações da EFA-Puris, em Araponga, e da EFA Serra do Brigadeiro, no município vizinho Ervália. É certo que as EFAs de todo o Brasil enfrentam enormes dificuldades de financiamento, principalmente de custeio, em especial para o pagamento das/os professoras/es / monitoras/es. Elas só têm conseguido funcionar com o apoio das famílias das/dos estudantes. Em Minas Gerais, em razão da pressão do movimento da educação do campo, o governo estadual apoia as EFAs, mas com um valor estudante/ano insuficiente para a manutenção da escola. Em alguns casos as EFAs têm conseguido convênios com prefeituras entre outros, eventualmente, um apoio de organizações de cooperação. De toda forma, o apoio que conseguiram do Pronat, a partir da sua mobilização e outras organizações da região como os STRs e CTA-ZM, foi fundamental na sua implantação.

Outra política que vem impactando a juventude na região, esta sim de apoio à educação do campo, veio por meio da implementação das políticas de expansão da educação superior no Brasil, a partir de 1995, incluindo

[13] O CTA-ZM ainda não desenvolveu projetos de Ater com foco na juventude. O Ater Agroecologia executado pelo CTA, no período desta pesquisa, ainda estava na fase das atividades de caracterização das unidades de produção e diagnóstico. As atividades de construção do conhecimento que dariam respostas técnicas demandadas pela juventude se iniciaram no mês de abril nesses municípios, por isso, acredita-se que ainda seja necessário mais tempo para que elas/es possam avaliar o alcance dessa política no campo.

[14] É curioso o fato de as/os jovens entrevistadas/os não mencionarem as políticas públicas de promoção da educação do campo que atendem diretamente à juventude rural. Essa questão só se evidenciou na sistematização final deste documento, não tendo sido problematizada no momento das entrevistas. Fica como questão para reflexão em outros momentos.

aí a expansão da educação superior do campo. Uma das frentes em que vem ocorrendo uma expansão da educação superior do campo é no âmbito da formação de educadores, com a implementação de 42 cursos em Instituições de Ensino Superior – IES brasileiras de uma nova modalidade de graduação, concebida com base na demanda dos movimentos sociais, intitulada "licenciatura em educação do campo". Essa ampliação, por sua vez, faz parte de uma das mais recentes políticas de Estado, lançada em 2012, e intitulada Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo, que objetiva oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação da Política Nacional de Educação do Campo, devendo atender escolas do campo e quilombolas, em quatro eixos de ação: (1) gestão e práticas pedagógicas; (2) formação de educadores; (3) educação profissional e tecnológica; e (4) infraestrutura. No eixo 2 localiza-se especificamente a ação do Estado responsável por apoiar e fazer acontecer a implantação dos 42 novos cursos de Licenciatura em Educação do Campo – Ledoc, através de um subprograma chamado Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo – Procampo (MOLINA e FREITAS, 2011). Foi essa política que permitiu a implementação da Licena/UFV, na qual alguns dos entrevistados estudam.

Caravana Agroecológica
Cultural da Zona da Mata - MG

9. DIFICULDADES E SIGNIFICADOS DA PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NAS ORGANIZAÇÕES

A mesma noção de "incompletude" da juventude, mencionada anteriormente, também está presente na visão do movimento sindical, pelo menos em alguns dos municípios onde residem as/os jovens participantes dessa sistematização, pois é notável a ausência da juventude ocupando cargos nessas organizações.

Muitos jovens relataram que não têm voz nas reuniões do sindicato e das cooperativas e que são exceções as/os que participam desses espaços. Alguns afirmam que isso acontece por falta de interesse da própria juventude, mas a grande maioria diz que essas organizações não dão abertura para que a participação aconteça. Essas/es jovens ainda disseram que não tinham acesso à informação da política de cotas para juventude nos espaços de decisão para as organizações associadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais (Fetaemg) e que por isso não sabem se os sindicatos de seus municípios incorporaram essa sugestão em seus estatutos (CASTRO, 2009 apud CASTRO, ALMEIDA, VIEIRA, et al., 2007).

Uma das reivindicações e encaminhamentos principais do Encontro Regional da Juventude do Campo foi a busca de diálogo com as organizações da agricultura familiar para ampliar e fortalecer a participação da juventude, através da ocupação de cargos nas diretorias e dar voz e poder nas decisões. Além disso, sugeriram um momento específico nos encontros regionais ou microrregionais com as lideranças locais para dialogarem sobre as demandas da juventude.[15]

Nesse sentido, alguns deles afirmam a importância das organizações das juventudes – Pastoral da Juventude (PJ), Pastoral da Juventude Rural (PJR), associações de jovens e grupos informais de jovens – para a formação, autoconhecimento, estímulo ao exercício do poder na tomada de decisões e para incentivar a permanência das/os jovens no campo. O que pode ser observado na fala a seguir:

É porque quando estamos no coletivo, a gente vê a diversidade de pessoas, de pensamentos, independente do que for, também há intensidade da busca por tais objetivos, e aí a gente começa a refletir o que é que a gente quer, o que estamos fazendo ali e analisar o próprio eu. (Vanessa)

José, atuante nos movimentos da agricultura familiar de sua região e organizações de seu município – a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Espera Feliz (Coofeliz), a Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar de Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural da Zona da Mata (Coopermata), o Sindicato

[15] Teria sido muito produtivo, e talvez esclarecedor, para essa sistematização um debate sobre esse tema no encontro com lideranças do movimento sindical previsto no início deste trabalho. Todavia, o evento foi adiado, ainda sem nova data, devido à interrupção, pelo MDA, dos recursos do projeto de Ater Agroecologia em execução pelo CTA-ZM.

dos Trabalhadores Rurais, entre outros – reflete que sua participação em algumas das organizações da juventude do campo foi importante para sua formação, porque carrega a ideia da juventude construindo o presente. Além disso, as várias vivências que fez, conhecendo os movimentos da juventude no País e fora dele, no momento em que era assessor da Unicafes, trouxeram a ideia de que a juventude não é homogênea e está em várias fases de organização, compreendendo, assim, a heterogeneidade e as especificidades que existem entre as juventudes do campo. Ele percebe ainda que a participação nessas organizações de jovens também contribuiu para assegurar sua permanência no campo, visto que as formações pelas quais passou, na educação do campo, na agroecologia e na agricultura familiar propiciaram esse desejo.

Portanto, percebe-se aqui a importância do protagonismo juvenil nas organizações da agricultura familiar, nas organizações religiosas e juvenis, pois é a partir das experiências coletivas que o jovem vai construindo em seu processo de formação e alteridade, tornando-se sujeito ativo. Esse protagonismo contribui também para a construção de uma representação positiva da/do jovem que se opõe às representações de muitas/os agricultoras/es adultas/os, como a/o jovem desinteressada/o, que marca a pouca confiabilidade na hierarquia das relações familiares e nas esferas coletivas e públicas de tomada de poder (CASTRO, 2009).

10. O ENFOQUE DE GÊNERO E A JUVENTUDE

Todas as experiências e vivências protagonizadas pelas/os jovens (participantes dessa sistematização) os tornam mais sensíveis e com uma percepção mais aprofundada das desigualdades enfrentadas pelos sujeitos do campo e as transformações necessárias para uma vida melhor nesse espaço. Por isso, muitos compreendem que o trabalho realizado em muitas comunidades com as mulheres da roça, nos grupos de mulheres, nas formações políticas propiciadas pelos movimentos, organizações sindicais e organizações não governamentais (ONGs), são importantes para fortalecer a equidade de gênero, da busca pela igualdade de direitos das mulheres, além de proporcionar a elevação da autoestima e da segurança das mesmas. O que pode ser entendido na fala de Vanessa:

Eu acredito que essas participações em movimentos, organizações [...] que seja voltado para perspectiva só da mulher ou no contexto geral [...] elas de certa forma fortalecem. Eu acredito que o vínculo com a agricultura, com a agroecologia, eles já estão dentro de cada um. Só que, às vezes, estão ali em gravetos. E à medida do que a gente busca, as organizações, as pessoas, as leituras, isso faz com que esses gravetos possam pegar fogo. E isso esquenta de certa forma dentro da gente.

Jaqueline afirma que sua irmã participava do projeto Mulheres e Agroecologia, desenvolvido pelo CTA-ZM, com o Grupo de Mulheres de Araponga. Ela relata que essa experiência trouxe um modo diferente de pensar do que estavam acostumados na roça, "[...] de que as mulheres podem fazer qualquer coisa [...] pra lutar pelo o que a gente quer". Garante que esse trabalho desenvolveu nela maior segurança como mulher, uma autoestima melhor, incentivou ser independente e procurar ter renda própria, estimulando sua permanência no campo, assim como exaltado na fala: "Porque no grupo eles tratavam do que as mulheres podiam fazer para se sustentar, tipo artesanato, horta, aí eu penso em fazer umas coisas assim".

Sendo assim, a juventude pesquisada avalia que as organizações e grupos comunitários que incentivam a discussão de gênero contribuem para a permanência e a perspectiva do jovem ficar no campo, essencialmente as moças. Pois, os espaços de formação incitam o autorreconhecimento das potencialidades da mulher camponesa, compreendendo-as como sujeitos políticos e protagonistas das mudanças, contribuindo para o seu empoderamento, incentivando-as a sair do âmbito estritamente doméstico, aumentando sua participação nos espaços públicos e de tomada de decisões, numa perspectiva ativa de superação da divisão sexual do trabalho (SHOTTZ et al., 2015:53).

11. QUESTÕES PARA REFLEXÃO E APROFUNDAMENTO

Diante de todas essas experiências e desafios enfrentados pelas juventudes do campo, a permanência ou não, no espaço rural, é uma condição que está vinculada a fatores de ordem socioeconômica e sociocultural. Evidentemente, há fatores estruturais que afetam a possibilidade de permanência da juventude no campo, da agricultura familiar em geral, como a concentração da posse da terra, que limita o seu acesso à terra (e a consequente oportunidade de trabalho) através da herança na família.

No entanto, quando focalizamos nosso olhar para essa juventude da Zona da Mata, de alguma forma inserida em dinâmicas sociais de promoção da agroecologia, percebemos que, de um lado, temos a falta de autonomia juvenil nos trabalhos da propriedade e a ausência de renda monetária própria pelos serviços prestados à família no estabelecimento familiar. Tais fatores são preponderantes para o desestímulo da maioria das/os jovens de ficar na propriedade familiar e, em consequência, buscar fontes de trabalho e renda fora das unidades de produção familiar ou no meio urbano.

A comercialização dos produtos da agricultura familiar, principalmente os agroecológicos, foi apontada também como um desafio de natureza socioeconômica. A queixa mais recorrente se dá com relação ao preço pelo qual são vendidos os produtos, pois não é diferente do preço de um produto convencional. Na visão de muitos jovens, não se paga um preço justo, o que de certa forma desvaloriza a iniciativa agroecológica de produção e desestimula a continuidade desse processo.

Por outro lado, incluímos a desvalorização da vida no campo, pela sociedade e pela própria família, reafirmando a ideia de campo atrasado. Pode-se associar a isso a invisibilização e a não valorização do trabalho feminino. Há também um sistema político que, de forma geral, desconsidera a/o jovem como sujeito de direito, negando-lhe a construção e acesso efetivo às políticas públicas; além da falta de oportunidades de formação política e ocupação de espaços de poder e de tomada de decisões para as/os jovens nas organizações da agricultura familiar. E, por fim, a ausência ou um número reduzido de escolas do campo, que ofereçam uma educação contextualizada e adaptada às necessidades da vida e trabalho no/do campo. Esses fatores de repulsão, de ordem sociocultural, têm uma expressão menos significativa na decisão de migrar do que os de ordem socioeconômica, mas não têm menor importância, principalmente quando se trata da escolarização.

A demanda de uma maior escolarização dos sujeitos do campo não é uma novidade no processo de construção do ser agricultora ou agricultor, mas tem tomado, nas últimas décadas, um valor muito significativo. Tal importância se dá principalmente quando há uma preocupação

maior com a relação produção e sustentabilidade, isto é, a busca de uma relação mais harmônica entre a produção de alimentos e a sintropia solo, água, fauna e flora nativa. A necessidade de associação entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais/populares na busca de uma agricultura ecológica e sustentável impele essa geração de agricultoras/es a investir mais na continuidade de estudos para melhor entender e lidar com os desafios de gerar esse equilíbrio simbiótico entre a humanidade e meio natural.

Nesse sentido, percebemos que a agroecologia, as experiências de educação em alternância e as formações em feminismo têm inspirado e motivado o protagonismo juvenil, possibilitando estratégias de permanência no campo, mesmo que não seja, necessariamente, executando a função de agricultora/o. Observamos muitas experiências positivas e com grande potencial de superação das "cristalizações sociais", como a criação de novos padrões de organização social e de tecnologias de desenvolvimento rural. Exemplo disso são as novas atitudes de enfrentamento e afirmação das mulheres jovens através do Movimento de Mulheres ou da educação com um enfoque de gênero; e a criação de tecnologias sociais para a agricultura, que emergem das experimentações agroecológicas.

Como formas de superação dos desafios de comercialização da produção, percebem-se algumas iniciativas pouco difundidas, mas presentes em dois municípios da Zona da Mata (Viçosa e Araponga), de criação de uma rede de consumidores. A rede articula agricultoras/es e processadoras/es de alimentos com diversos consumidores, na perspectiva de possibilitar a venda a um preço justo e oferecer alimentos produzidos localmente e de forma sustentável. Tal iniciativa tem possibilitado às/aos produtoras/es a abertura de mais um espaço de escoamento da produção local agroecológica, o pagamento de um preço justo do produto oferecido e uma relação direta com o consumidor. Ao consumidor é propiciado, através desse contato direto com o produtor, o conhecimento da origem do produto consumido, o que dá garantia da qualidade do alimento e certifica que de fato é uma produção livre de agrotóxicos. Tal experiência é um exemplo de inovação dos processos de gestão e organização da agricultura familiar agroecológica que podem ser multiplicados em outras localidades.

Portanto, algumas questões emergem como proposição para a continuidade dessa pesquisa/sistematização. Uma delas remete à participação dos jovens nas organizações sociais da agricultura familiar, pois há de se entender ainda o que leva essas organizações a negar ou a minimizar o papel da juventude no seu processo de gestão. Quais as consequências disso, em médio prazo, na continuação das lutas por direitos aos sujeitos do campo? Como isso pode influenciar a construção das futuras políticas públicas? Para tanto, é necessário um diálogo com essas organizações para melhor compreensão da questão colocada pela juventude da dificuldade de participação delas/es nas organizações da agricultura familiar.

A outra remete à sucessão rural nas propriedades familiares e ao enfoque de gênero associado ao processo sucessório, pois é necessário compreender melhor como a formação em agroecologia com enfoque na igualdade de direitos das mulheres, através das organizações de mulheres locais e regionais, possibilita para as moças a sucessão da propriedade familiar e

a construção da agroecologia como modelo de desenvolvimento sustentável.

A terceira se refere à pluriatividade[16] como papel estratégico no processo de desenvolvimento rural e que tem contribuído, em muitas regiões, mas principalmente no Sul do Brasil, para originar mecanismos de geração de trabalho, promoção da inclusão social e acesso à renda ou complementação da renda agrícola. Portanto, faz-se ainda necessário compreender se essas estratégias estão sendo incentivadas e desenvolvidas no âmbito da agricultura familiar da Zona da Mata e se estão servindo como referência à juventude que deseja permanecer no campo.

São essas questões, entre outras, que perpassam a vida das juventudes do campo e que poderão gerar possibilidades de construção de novos caminhos de sucessão da vida no meio rural e na agricultura familiar. O campo, de tal modo, configura-se como território em constante movimento, propiciando transformações nos modos de reprodução da vida.

[16] A pluriatividade se refere a um fenômeno que pressupõe a composição de duas ou mais atividades em uma mesma unidade de produção, sendo uma delas a agricultura. Essa interação entre atividades agrícolas e não agrícolas tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem inseridos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo (coord.) et al. *Juventude e agricultura familiar:* desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

BONFIM, Verônica R. *Conflitos, participação de lições de aprendidas na criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro* (Pesb), MG. Tese de doutorado – UFV, Viçosa, 2006.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira; FERRARI, Eugênio Alvarenga. A conquista de terras em conjunto: autonomia, qualidade de vida e agroecologia. *Revista Agriculturas*, v. 5, n. 4, p. 8-12, dez. 2008.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, vol. 7, n. 1, p. 179-208, enero-junio, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G.; ALMEIDA, S. L. F; VIEIRA, L. C., RODRIGUES M. E. B. e FELIX, C. (2007). *Identificação e mapeamento preliminares das principais organizações de juventude rurais e sobre jovens rurais no Brasil*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: UFRRJ/NEAD/MDA/IICA. (Indisponível para divulgação).

CINTRÃO, Rosângela P. *Ongs, tecnologias alternativas e representação política do campesinato*: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata mineira. Dissertação de mestrado – UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro, 1996.

CRÉDITO Fundiário. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa#sthash.JILuTxh1.dpuf, acesso em: 24/05/2016.

FERRARI, E. A. *Agricultura familiar camponesa, agroecologia e estratégias de reprodução socioeconômica*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – UFV, Viçosa, MG, 2010.

GONÇALVES, Ana Maria; PERPÉTUO, Susan Chiode. *Dinâmica de grupos na formação de lideranças*. Rio de janeiro: DP&A, 2002.

MARIRRODRIGA, Roberto García; CALVÓ, Pedro Puig. *Formação em alternância e desenvolvimento local:* o movimento educativo dos Ceffa no mundo. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

MYERS, Norman, MITTERMEIER, Russell A., MITTERMEIER Cristina G.; FONSECA, Gustavo A. B. da; KENT J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, 403, p. 853-858, 2000.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. A. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. *Em Aberto*, v. 24, n. 85, p. 17-31, Brasília, abr. 2011.

NETO, Antônio A. Lopes; FEITAL, Auxiliadora; LOPES, Isabel de Luanda; TELLES, Liliam. Caderneta agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia. *Revista Agriculturas*, v.12, n.4, dez.2015.

NOVAES, Regina. Políticas públicas, direito e participação. In: CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 99-107.

QUEIROZ, João B. Pereira; SILVA, L. Helena. Formação em alternância e desenvolvimento rural no Brasil: as contribuições das Escolas Famílias Agrícolas. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais* (III CER). Faro: Universidade do Algarve, 1-3 nov. 2007 – SPER / UAlg, 2008, CD-ROM.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da Alternância na Educação Rural/do campo: projetos em disputa. *Educação e Pesquisa*, v. 34, n. 1, p. 27-45, São Paulo, jan./abr. 2008.

SCHMITT, C. J. (coord.). UFRRJ / CPDA. Relatório de Projeto de Pesquisa: *Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica*. Rio de Janeiro, 2016.

SHOTTZ, Vanessa; MORONHAS, Maitê; CARDOSO, Elisabeth. É trabalho, não é ajuda! Um olhar feminista sobre o trabalho das mulheres na Agroecologia. *Revista Agriculturas*, v. 12, n. 4, p. 48-53, dez. 2015.

SILVA, Lourdes Helena. Educação do campo e pedagogia da alternância. A experiência brasileira. *Sísifo*, Lisboa, n. 5, p. 105-112, jan./abr., 2008.

SOUZA, Helton Nonato. *Sistematização da experiência participativa com sistemas agroflorestais:* rumo à sustentabilidade da agricultura familiar da Zona da Mata mineira**.** Viçosa: Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas, UFV, 2006.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. *Revista agriculturas*, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 21-33.

_____. Juventude na construção da agricultura do futuro (Editora convidada). *Revista agriculturas*, v. 8, n. 1, p. 4-7, mar. 2011.

AGRADECIMENTOS

À Escola Família Agrícola Puris (EFA-Puris) de Araponga por ter acolhido e amparado nossa proposta de sistematização, a todas/os as/os monitores, sobretudo às/aos monitoras/es: Maria da Graça, Maria Rosânia, Romualdo, Edir, Eli e Ivanete por terem fortalecido essa ideia com disposição e dedicação nas reuniões de apresentação e planejamento dessa pesquisa e na participação e contribuição nas atividades realizadas na escola.

Às/aos educandas/os e alguns egressos dessa escola que tiveram disposição e paciência em dialogar sobre temas ainda tão polêmicos no espaço rural.

Somos também especialmente gratos às/aos jovens que se dispuseram a fazer as entrevistas para esta sistematização, por terem nos recebido em suas casas de coração e mente abertas/os para dialogar sobre tantas questões acerca da vida e dos desafios vividos pela juventude do campo, dispondo, para tanto, de grande parte de seu dia.

Não podemos nos esquecer de agradecer ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM) por ter apoiado e permitido o uso da sua infraestrutura para realização das entrevistas e atividades, ter colocado à disposição as estagiárias do Programa Sociobiodiversidade para ajudar nas atividades e se colocar sensível ao trabalho com a juventude do campo na região em que atua. Por isso, somos gratos às contribuições das estagiárias Sara Barbosa e Ana Paula Anacleto, que acompanharam algumas entrevistas e atividades coletivas e contribuíram pontualmente com as relatorias e com o processo de transcrição das entrevistas para a escrita do texto.

Por fim, à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) por ter apresentado a possibilidade de realização deste trabalho e por ter se colocado à disposição, através do Núcleo Executivo, para dar contribuições e fazer os diálogos necessários à conclusão do texto.

MISEREOR
IHR HILFSWERK

ECOFORTE

Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica

FUNDAÇÃO BNDES BRASIL